

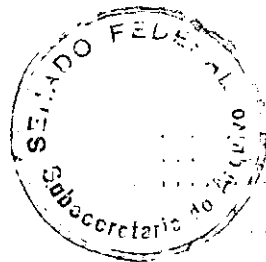


DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II



ANO XLIX - Nº 123

SÁBADO, 15 DE OUTUBRO DE 1994

BRASÍLIA - DF

CONGRESSO NACIONAL

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº. 645, DE 06 DE OUTUBRO DE 1994, QUE "DISPÕE SOBRE A NOTA DO TESOURO NACIONAL - NTN E SUA UTILIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE BENS E DIREITOS ALIENADOS NÔ ÂMBITO DO PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO - PND, INSTITUÍDO PELA LEI Nº 8.031, DE 12 DE ABRIL DE 1990, CONSOLIDANDO AS NORMAS SOBRE A MATÉRIA CONSTANTES DA LEI Nº 8.177, DE 1º DE MARÇO DE 1991, E DA LEI 8.249, DE 24 DE OUTUBRO DE 1991, E ALTERA O ART. 3º DA LEI Nº 8.249/91. . (REEDIÇÃO DA MP 606/94)

CONGRESSISTA	EMENDA NÚMERO
DEPUTADO GERMANO RIGOTTO.....	001.
DEPUTADO PAES LANDIM.....	002.

EXPEDIENTE

Centro Gráfico do Senado Federal

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES
 Diretor-Geral do Senado Federal
 AGACIEL DA SILVA MAIA
 Diretor Executivo
 LUIZ AUGUSTO DA PAZ JÚNIOR
 Diretor Administrativo
 LUIZ CARLOS BASTOS
 Diretor Industrial
 FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
 Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral _____ R\$ 23,54

Tiragem: 850 exemplares

MF00645

000001

DATA / /	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 645/94
AUTOR PAES LANDIM	Nº PRONTUÁRIO
1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL	
RECIBO 01/03	ARTIGO 19
PARÁGRAFO 19	INCISO C

Acrescente-se alínea c ao § 1º do art. 1º da Medida Provisória nº 645/94, de 06 de outubro de 1994:

"Art. 1º -

§ 1º -

c) - substituição dos títulos a que se refere o Decreto-Lei nº 263, de 28 de fevereiro de 1967.

JUSTIFICAÇÃO

O Decreto-Lei nº 263, de 28 de fevereiro de 1967, baixado com base no Ato Institucional nº 04, de 07 de dezembro de 1966, estabeleceu as regras para o resgate de títulos da Dívida Pública Interna Fundada Federal, prescrevendo que os mesmos deveriam ser apresentados, no prazo de seis meses, ao Banco Central do Brasil, considerando-se prescritos os não apresentados no prazo assinalado.

Mais adiante, pelo Decreto-Lei nº 396, de 30 de dezembro de 1968, expedido com lastro no Ato Institucional nº 05, de 13 de dezembro de 1968, esse prazo foi alterado para doze meses.

O início desse prazo, entretanto, foi fixado como a data em que os serviços passassem a ser executadas pelo Banco Central do Brasil, conforme edital a ser por ele publicado.

A medida não teve a divulgação necessária, sendo

os diplomas legais, bem como o edital, publicados apenas no Diário Oficial, sabidamente de leitura restrita e especializada, donde a certeza de não terem sido alcançados todos os portadores dos títulos que se pretendia resgatar. Ressaltamos entre os prejudicados pessoas que sequer tinham condições de identificar se os títulos que detinham eram ou não passíveis de resgate e que se viram de uma hora para outra despossuídas de um patrimônio, que subscreveram de boa fé e na confiança de seu resgate pelo Governo Federal.

Daí a presente emenda, cuja finalidade precípua é a de possibilitar a revisão de um ato injusto e arbitrário do Estado, ao permitir que aqueles que foram atingidos possam recuperar a credibilidade no Governo Federal e reapresentar seus títulos para troca por outros a serem utilizados no âmbito do Programa Nacional de Desestatização.

Cumpra-se seja enfatizado que a medida ora proposta além de não representar nenhum impacto no caixa do Tesouro Nacional, se compatibiliza inteiramente não só com o Programa Econômico do atual Governo, como também com aquele do que instalará a partir de 1º de janeiro de 1995, como amplamente divulgado pelo Presidente eleito Fernando Henrique Cardoso, como divulgado em seu "Mãos à Obra Brasil".

Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1994

ASSINATURA

Laor Laurim

MP00645

000002

DATA 11 / 10 / 94	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 645, de 05 de OUTUBRO de 1994
AUTOR DEPUTADO GERMANO RIGOTTO (PMDB/RS)	Nº PROJETO
1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input checked="" type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL	
PÁGINA	ARTIGO 3º
PARÁGRAFO	
INÍCIO	
FIM	

Dê-se ao artigo 3º a seguinte redação:

"Art. 3º O Parágrafo único do artigo 3º da Lei nº 8.249/91 passa a ser o § 1º e acrescenta-se o § 2º, com as seguintes redações:

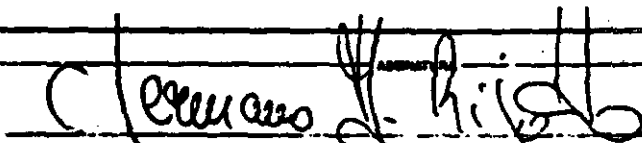
"§1º O Poder Executivo poderá autorizar a utilização da NTN para aquisição de bens e direitos alienados no âmbito do Programa Nacional de Desestatização - PND, de que trata a Lei Nº 8.031, de 12 de abril de 1990."

"§2º As NTN, de quaisquer tipos, mesmo as que contiverem cláusula de inalienabilidade, poderão ser utilizadas para cumprimento da exigibilidade de recolhimento compulsório/encaixe obrigatório sobre depósitos judiciais, junto ao Banco do Brasil"

JUSTIFICAÇÃO

Os depósitos judiciais, por terem características de serem tanto de médio como de longo prazos, compatibilizam-se com quaisquer tipos de NTN.

Outrossim, há de se relevar que a Caixa Econômica Federal ficaria com mais recursos disponíveis para aplicar em operações da área social e comercial, como financiamentos a pequena e média empresas.



EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº. 648, DE 07 DE OUTUBRO DE 1994, QUE "DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DOS CARGOS EM COMISSÃO QUE MENCIONA. (REEDIÇÃO DA MP 609/94)

CONGRESSISTA	EMENDA NÚMERO
Senador GILBERTO MIRANDA.....	001
Deputado LOURIVAL FREITAS.....	002.

EMENDA Nº , À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 648/1994.

MP 648/94

00001

Inclua-se no texto da Medida Provisória nº 648, de 1994 o seguinte artigo 2º, renumerando os demais:

"Art. 2º Os membros dos Conselhos de Contribuintes e da Câmara Superior de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda, a estes órgãos

vinculados na forma do art. 4º da Lei nº 8.162, de 8 de janeiro de 1991, perceberão a gratificação de presença de que trata o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 5.708, de 4 de outubro de 1971, regulamentada pelo Decreto nº 69.382, de 19 de outubro de 1971, à razão de um vinte avos (1/20), por sessão, da retribuição integral do Cargo de Direção e Assessoramento Superiores (DAS) fixada para os Presidentes dos Conselhos.

Parágrafo único. O Regimento Interno dos Conselhos definirá, o número de sessões mensais de cada uma das Câmaras subordinadas, até o máximo de dezesseis (16), de acordo com o volume de processos em andamento."

J U S T I F I C A Ç Ã O

O que se pretende com a presente Emenda é restabelecer a remuneração condigna aos membros dos Conselhos de Contribuintes e da Câmara Superior de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda.

Trata-se à toda evidência, de medida necessária e urgente, a fim de se conferir aos referidos órgãos judicantes da Administração Tributária o *jeton* compatível com as relevantes funções exercidas pelos integrantes dos Conselhos de Contribuintes.

A defasagem da remuneração chegou ao inaceitável nível correspondente a CR\$ 26.87 (vinte e seis cruzeiros reais e oitenta e sete centavos) o valor pago aos Conselheiros representantes dos contribuintes pelas 8 (oito) sessões que participam mensalmente nas suas respectivas Câmaras julgadoras.

Tal absurdo, que chega às raias do risível, não pode mais perdurar, sob pena de colocar em dúvida a abnegação de cerca de 50 profissionais liberais que, com o sacrifício de muitas horas de trabalho, prestam sua colaboração nos Conselhos supracitados.

Trata-se de medida cujos efeitos financeiros para o Erário são insignificantes, mas que há de contribuir de forma

efetiva para o prestígio de tão importantes órgãos da administração Pública.

Sala das Comissões, em

Senador **Gilberto Miranda Batista**



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 648, de 7 de outubro de 1994

Dispõe sobre a criação dos cargos em comissão que menciona.

EMENDA SUBSTITUTIVA INTEGRAL

Dê-se, à Medida Provisória nº 648, de 7 de outubro de 1994, a seguinte redação:

"Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo a proceder, no prazo de 60 dias a contar da publicação desta Lei, à criação, mediante transformação, sem aumento de despesas, de cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores destinados:

I - a suprir a Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda de 18 cargos DAS 101.3, 84 cargos DAS 101.2 e 174 cargos DAS 101.1;

II - a Superintendência Nacional do Abastecimento - SUNAB de um cargo DAS 101.6, 4 cargos DAS 101.4, 8 cargos DAS 101.3, 14 cargos DAS 101.2, 6 cargos DAS 101.1 e 3 cargos DAS 102.2

Art. 2º. São criadas na SUNAB 194 Funções Gratificadas, sendo 147 FG-1, 13 FG-2 e 34 FG-3.

Parágrafo único. A partir da publicação da estrutura regimental da SUNAB, decorrente do disposto nesta Lei, são consideradas extintas as funções de Direção e Assistência Intermediária da SUNAB.

Art. 3º. O Poder Executivo aprovará, no prazo referido no "caput", a estrutura regimental dos órgãos atingidos pela transformação de cargos necessária à implementação do disposto nesta Lei.

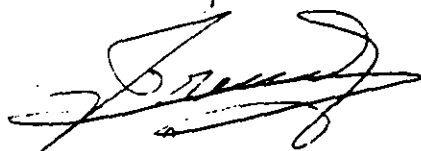
Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação."

JUSTIFICAÇÃO

Embora necessário dotar a Secretaria da Receita Federal e a SUNAB de cargos que atendam aos requisitos de suas competências legais e funcionais, entendemos ser mais adequado o atendimento destas necessidades mediante a transformação de cargos atualmente existentes e que estejam vagos ou ociosos na estrutura dos órgãos e entidades da Administração Federal. Além da economia de recursos públicos, dar-se-á, por este meio, utilização mais racional aos cargos de confiança, utilizados de forma aleatória e discricionária pela Administração para finalidades diversas das que justificam sua existência.

Sala das Sessões,

11/10/94



DEP. LOURIVAL FREITAS

PT/AP

Publicado no DOU - II de 10.10.94

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 649, DE 07 DE OUTUBRO DE 1994, QUE "DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO NA LEI Nº 8.490, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1992, NA LEI Nº 8.876, DE 02 DE ABRIL DE 1994, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". REEDIÇÃO DA MP 610/94.

CONGRESSISTAS

EMENDAS NºS.

Deputado LOURIVAL FREITAS

001, 002, 003.

MF 00649

00001

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 649, de 7 de outubro DE 1994.

Dispõe sobre alteração na Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se, ao artigo 1º, a seguinte redação:

"Art. 1º. Os art. 10, 11 e 17 da Lei nº 8.490, de 1992, passam a vigorar com a a seguinte redação:

"Art. 10. ...

- I - Secretaria de Planejamento Estratégico;
- II - Secretaria de Programas e Projetos Estratégicos;
- III - Secretaria de Inteligência;
- IV - Centro de Estudos Estratégicos;

Art. 11. A Secretaria da Administração Federal da Presidência da República, órgão central dos Sistemas de Pessoal Civil - SIPEC, de Organização e Modernização Administrativa - SOMAD, de Administração de Recursos da Informação e Informática - SISP e de Serviços Gerais - SISG tem por finalidade formular, coordenar e implementar políticas e diretrizes para o desenvolvimento institucional, administrativo e gerencial, no âmbito do Poder Executivo, e planejar, orientar normativamente, coordenar, fiscalizar e supervisionar as ações dos órgãos integrantes dos referidos Sistemas.

Parágrafo único. A Secretaria da Administração Federal da Presidência da República tem a seguinte estrutura básica:

- a) Secretaria de Serviços Gerais e Assuntos Imobiliários;
- b) Secretaria de Planejamento, Coordenação, Modernização e Desenvolvimento Institucional;
- c) Secretaria de Recursos Humanos;
- d) Secretaria de Administração de Recursos de Informação e Informática;"

Art. 17...

...

§ 3º. Compete à Secretaria de Controle Interno da Secretaria Geral da Presidência da República exercer o controle interno da Secretaria da Administração Federal e da Secretaria de Assuntos Estratégicos."

JUSTIFICAÇÃO

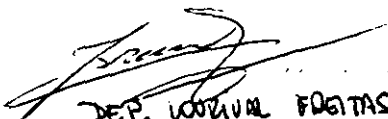
Não se justifica, a seis meses do fim do Governo Itamar, pretender-se alterar a estrutura da SAE por meio da transferência do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento para a Segurança das Comunicações, atualmente no Ministério da Ciência e Tecnologia. É bom que se recorde que este órgão originalmente pertencia à SAE, mas foi transferido para o MCT com base na argumentação - acolhida pelo Executivo - de que não mais atuava no setor de inteligência, escuta e criptografia. Assim, propomos que seja apenas alterada a denominação dos órgãos da estrutura básica da SAE, mantendo-se os que já estão funcionando.

No tocante à SAF, não se entende a motivação que leva o Executivo a alterar a estrutura do órgão criando uma "Secretaria de Projetos Especiais" quando tem missões institucionais claramente definidas, mas não as cumpre a contento. Por outro lado, a estrutura proposta na MP em tela é muito genérica, e não atende às necessidades de especialização das

funções a cargo da SAF. É evidente que há uma grande interface entre todas as suas Secretarias, mas entendemos que a área de modernização institucional - ligada intimamente, desde as suas origens, ao Sistema de Planejamento Federal - deve ser organizada à parte, numa secretaria específica.

Quanto ao novo parágrafo proposto ao art. 17, oferecemos nova redação, mais adequada tecnicamente ao propósito, que é o de definir a responsabilidade pelo controle interno da SAF e da SAE como tarefa da Secretaria de Controle Interno da Secretaria Geral da Presidência da República.

Sala das Sessões, 11/10/94


DEP. LOURIVAL FAGUNDES
PT - AP

MF00649

00002

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 649, de 7 de outubro DE 1994.

Dispõe sobre alteração na Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, e dá outras providências.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprime-se os art. 2º, 3º e 5º da Medida Provisória nº 610.

JUSTIFICAÇÃO

Entendemos desnecessária a transformação de cargos proposta. Desde a sua criação, nem a SAF nem a SAE demonstraram a necessidade de que os seus órgãos responsáveis por atividades de apoio administrativo tivessem nível hierárquico superior ao atual. Aumentar os salários destes cargos, por meio da transformação dos atuais DAS em cargos de natureza especial ou DAS mais elevados acarretará, assim, apenas aumento de despesa, sem nenhum ganho de eficiência evidente.

No tocante à alteração da estrutura do DNPM, entendemos que a matéria já foi objeto de deliberação congressional recentemente, quando se aprovou a Lei nº 8.876 transformando o órgão em autarquia. Naquela ocasião, foram aprovados os cargos solicitados pelo Executivo. Neste momento, nada está a indicar a necessidade de mais cargos e funções para a autarquia, a menos que estes venham a servir para fins diferentes dos que justificariam a sua criação.

Sala das Sessões, 11/10/94


DEP. LOURIVAL FAGUNDES
PT - AP

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 649, de 7 de outubro DE 1994

Dispõe sobre alteração na Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, e dá outras providências.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se os art. 6º da Medida Provisória nº 610.

JUSTIFICAÇÃO


A inclusão do art. 6º na Medida Provisória, alterando a denominação do Instituto Brasileiro de Arte e Cultura - IBAC para Fundação Nacional de Artes - FUNARTE, e do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural - IBAC para Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN representa, além de uma inutilidade absoluta, um retrocesso para as instituições.

Foi com grande esforço e sacrifício que se obteve a identificação, no texto constitucional, de um conceito de patrimônio cultural, que é mais amplo do que patrimônio histórico e artístico. Este conceito foi, finalmente, acolhido pela Lei nº 8.029/90, que redefiniu as entidades do setor cultural do Governo Federal, dentre elas o IBPC e o IBAC.

A Medida Provisória, ao redefinir as denominações das entidades, embora não lhes altere as atribuições, põe por terra todo um trabalho de identificação das mesmas com as atividades culturais em sentido amplo. Com isso, prejudica-lhes o próprio processo de institucionalização, sem acrescentar nenhum ganho qualitativo às suas missões e capacidades operacionais.

Assim, propomos a supressão do dispositivo, como medida de racionalidade e respeito ao trabalho exercido pelos trabalhadores no setor cultural em nosso país.

Sala das Sessões, 12/10/94

 DEP. LUÍZ INÁCIO LULA
PT - AP

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº. 651, DE 07 DE OUTUBRO DE 1994, QUE "DISPÕE SOBRE AS REGRAS PARA A CONVERSÃO, EM REAL, DAS MENSALIDADES ESCOLARES NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (REEDIÇÃO DA MP 612/94)

CONGRESSISTA	EMENDA NÚMERO
DEPUTADO CLEONÂNCIO FONSECA.....	006,027,044,053,067,074,086.
DEPUTADO JOSÉ TELES.....	004,026,043,052,066,075,085.
DEPUTADO MARCOS LIMA.....	005,028,045,054,069,076,087.
DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA.....	001,010,011,012,015,018,021,023,024,032,033,034,039,040,046,055,056,057,062,063,064,068,070,077,079,082,083,088,090,091,092,093.
DEPUTADO ROBERTO JEFFERSON.....	003,017,029,035,036,047,048,059,071,080.
DEPUTADO VICTOR FACCIONI.....	002,007,008,009,013,014,016,019,020,022,025,030,031,037,038,041,042,049,050,051,058,060,061,065,072,073,078,081,084,089.

MP00651

00001

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

11 / 10 / 94

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651, de 07 de outubro de 1994.

Deputado OSMÂNIO PEREIRA

☒

SUPRESSIVA

2

☐ INSTITUTIVA

3

☐ MODIFICATIVA

4

☐ ADITIVA

9

☐ SUBSTITUTIVA PARCIAL

01 de 01

1º

Único

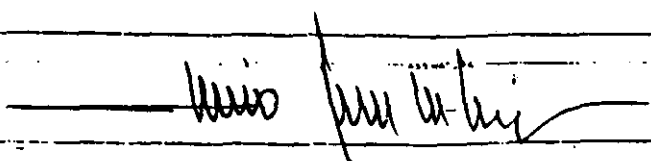
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651, de 7/10/94Art. 1º, Par. ÚnicoEMENDA SUPRESSIVA.

Suprimir o paragrafo unico do art. 1º.

JUSTIFICAÇÃO

O Supremo Tribunal Federal, na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1129-4/D.F., já considerou Inconstitucional o dispositivo.

Realmente, ele atinge o ato jurídico perfeito, e o direito adquirido: o pagamento de valor proposto, conforme arts. 129, 1079, 1084 do Código Civil e 54 do Código de Defesa do Consumidor, caracteriza aceitação de contrato e assim já se fez entre escolas e seus usuários, configurando o direito adquirido e o ato jurídico perfeito.



MF00651

00002

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 13/10/94	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA 661, DE 1994			
AUTOR DEPUTADO VICTOR FACCIONI	Nº PROTOCOLO 1579-9			
TIPO 1 <input checked="" type="checkbox"/> SUPLENÇÃO 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA GLOBAL				
FACILITADOR 01/01	ART. 1º 1º	CLASSE Único	INSCRIÇÃO	DATA

- Suprimir o parágrafo Único do art. 1º:

JUSTIFICATIVA

O Supremo Tribunal Federal, na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1129-4/DF, já considerou inconstitucional o dispositivo.

Realmente, ela atinge o ato jurídico perfeito e o direito adquirido : o pagamento de valor proposto, conforme artigos 129, 1079, 1084 do Código Civil e 54 do Código de Defesa do Consumidor, caracteriza aceitação de contrato e assim já se fez entre escolas e seus usuários, configurando o direito adquirido e o ato jurídico perfeito.

Victor Faccioni

MP00651

00003

DATA	PROPOSIÇÃO			
11/10/94	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651, DE 07 DE OUTUBRO DE 1994			
AUTOR	Nº PROTOCO			
Deputado ROBERTO JEFFERSON				
<input checked="" type="checkbox"/> - SUPRESSIVA <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA <input type="checkbox"/> - ADITIVA <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
01	1º	único		

TEXTO

Suprima-se o Parágrafo único do artigo 1º da Medida Provisória nº 651, de 07 de outubro de 1994.

JUSTIFICATIVA: Ao tempo da realização dos acordos não havia a descaracterização do acordo pelo simples pagamento, na forma imposta pelo parágrafo único do artigo 1º da Medida Provisória nº 651, de 07 de outubro de 1994. Não se justifica a interferência do Estado na forma da realização do acordo, uma vez que se não houvesse o acordo, não haveria o pagamento.

Por outro lado, em recente julgamento o Supremo Tribunal Federal pronunciou-se pela inconstitucionalidade do presente dispositivo.

ASSINATURA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP00651

00004

13/10/94	MEDIA PROVISÓRIA Nº 651/94
DEP. JOSE TELES	177
1 <input checked="" type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> ADITIVA
3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input type="checkbox"/> ABROGATIVA
5 <input type="checkbox"/> REINTEGRADORA	6 <input type="checkbox"/> REINTEGRADORA
ART. 1º	

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651, de 7/10/94

Art. 1º, Par. único

EMENDA SUPRESSIVA

Suprimir o parágrafo único do art. 1º.

JUSTIFICAÇÃO

O Supremo Tribunal Federal, na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1129-A/D.F., já considerou inconstitucional o dispositivo.

Realmente, ele atinge o ato jurídico perfeito e o direito adquirido: o pagamento de valor proposto, conforme arts. 129, 1079, 1084 do Código Civil e 54 do Código de Defesa do Consumidor, caracteriza aceitação de contrato e assim já se fez entre escolas e seus usuários, configurando o direito adquirido e o ato jurídico perfeito.

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP00651

00005

13/10/94

M.P. 651/94

MARCOS LIMA

1 ☒ SUPRESSIVA 2 ☐ SUBSTITUTIVA 3 ☐ MODIFICATIVA 4 ☐ SUPLEN 9 ☐ SUBSTITUTIVO GLOBAL

1º

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651, de 7/10/94

Art. 1º, Par. Único

EMENDA SUPRESSIVA

Suprimir o parágrafo único do art. 1º.

J U S T I F I C A Ç Ã O

O Supremo Tribunal Federal, na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1129-4/D.F., já considerou inconstitucional o dispositivo.

Realmente, ele atinge o ato jurídico perfeito e o direito adquirido: o pagamento de valor proposto, conforme arts. 129, 1079, 1084 do Código Civil e 54 do Código de Defesa do Consumidor, caracteriza aceitação de contrato e assim já se fez entre escolas e seus usuários, configurando o direito adquirido e o ato jurídico perfeito.

Assinatura

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP00651

00006

13/10/94	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651 de 07/10/94
DEP. CLEONÂNCIO FONSECA	175
<input checked="" type="checkbox"/> 1 SUPRESSIVA	<input type="checkbox"/> 2 ADITIVA
<input type="checkbox"/> 3 MODIFICATIVA	<input type="checkbox"/> 4 OUTRA
ART. 1º	

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651, de 7/10/94

Art. 1º, Par. único

EMENDA SUPRESSIVA

Suprimir o parágrafo único do art. 1º.

JUSTIFICAÇÃO.

O Supremo Tribunal Federal, na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1129-4/D.F., já considerou inconstitucional o dispositivo.

Realmente, ele atinge o ato jurídico perfeito, e o direito adquirido: o pagamento de valor proposto, conforme arts. 129, 1079, 1084 do Código Civil e 54 do Código de Defesa do Consumidor, caracteriza aceitação de contrato e assim já se fez entre escolas e seus usuários, configurando o direito adquirido e o ato jurídico perfeito.

Stenographic

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 651

00007

DATA 13/10/94	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA 651/94			
AUTOR DEPUTADO VICTOR FACCIONI	Nº REGISTRO 1579-9			
1 <input type="checkbox"/> - SUPLENTE 2 <input type="checkbox"/> - SUPLENTE 3 <input checked="" type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO PARCIAL				
PÁGINA 01/01	ARTIGO 1º	PARÁGRAFO Único	INCISO	ALÍNEA

Où-se ao parágrafo Único do art 1º, da Medida Provisória nº 651, de 07 de outubro de 1.994, a seguinte redação:

"Art. 1º -

Parágrafo Único. O valor das mensalidades, após a conversão, ficará congelada até o final do ano letivo, ficando assegurado o repasse de até 70% (setenta por cento) do reajuste salarial de professores concedido por força de Lei, Convenção Coletiva, Acordo Coletivo ou Sentença Judicial.

JUSTIFICATIVA

É justo que as escolas deem também sua colaboração para o sucesso do Plano Real, mantendo as mensalidades escolares congeladas, após a conversão, até o final do ano letivo. No entanto, é importante assegurar-se a elas o direito de repasse de até 70% (setenta por cento) do reajuste salarial de professores que, porventura, tenham elas que conceder no período de congelamento.

Victor Faccioni

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP00651

00008

13 / 10 / 94	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651/94	
DEPUTADO VICTOR FACCIONI	1579-9	
1 <input type="checkbox"/> - SUPLENTE 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO SUPLENTE		
01/01	19	Único

- De-se ao parágrafo único da Medida Provisória nº 651, de 07 de outubro de 1994, a seguinte redação:

Art. 1º -

Parágrafo único. O valor da mensalidade paga fica caracterizada como tácito acordo entre as partes em estrita consonância com a Lei 8170, de 17 de janeiro de 1991.

JUSTIFICATIVA

A Medida Provisória provoca redução de preços já contratados e praticados, caracterizando uma inconstitucional retroatividade de.

Resalte-se, ainda, que a Lei 8.869, de 15 de abril de 1994 mencionada na Medida Provisória, se refere a preços de agosto de 1993.

Victor Faccioni

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MF00651

00009

DATA 13 / 10 / 94	PROPOSTA MEDIDA PROVISÓRIA 651/94		
AUTOR DEPUTADO VICTOR FACCIONI		Nº REGISTRO 1579-9	
1 <input type="checkbox"/> - SUPLENTE 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> - MODIFICAÇÃO 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA 01/01	VOTOS 19	REPROVADO	APROVADO

Oð-se ao art. 19, da Medida Provisória nº 651, de 07 de outubro de 1994, a seguinte redação:

Art. 19 - O valor da mensalidade cobrado pela prestação de serviços educacionais dos estabelecimentos particulares de ensino, será o acordado entre estes, pais, alunos, associações de pais e alunos ou entidades de representação estudantil, no caso de estabelecimentos de ensino superior, no ato da assinatura do contrato de prestação de serviços.

JUSTIFICATIVA

A conversão dos valores das mensalidades deverá respeitar os contratos em curso, observando que a maior parcela dos estabelecimentos de ensino, por mútuo consentimento, realizou a conversão.

Victor Faccioni

MF00651

00010

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

11/10/94

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651, de 07 de outubro de 1994

Deputado OSMÂNIO PEREIRA

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

ART. 1º

ART. 2º

ART. 3º

ART. 4º

ART. 5º

ART. 6º

ART. 7º

ART. 8º

ART. 9º

ART. 10º

ART. 11º

Dê-se ao Art. 1º, da Medida Provisória nº 651, de 07 de outubro de 1994, a seguinte redação:

Art. 1º - O valor da mensalidade cobrado pela prestação de serviços educacionais dos estabelecimentos particulares de ensino, será o acordado entre este, pais, alunos, associações de pais e alunos ou entidades de representação estudantil, no caso de estabelecimento de ensino superior, no ato da assinatura do contrato de prestação de serviços.

JUSTIFICATIVA

A conversão dos valores das mensalidades deverá respeitar os contratos em curso, observando que a maior parcela dos estabelecimentos de ensino, por mútuo consentimento, realizou a conversão.

Osmanio Pereira

13700651

00011

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

11/	0/ 94	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651, de 07 de outubro de 1994	
Deputado		OSMÂNIO PEREIRA	
1	2	3	4
5	6	7	8
9	10	11	12

Dê-se ao parágrafo único do Art. 1º, da Medida Provisória nº 651, de 07 de outubro de 1994, a seguinte redação:

Parágrafo Único - O valor da mensalidade paga fica caracterizada como tácito acordo entre as partes em estrita consonância com a Lei nº 8 170, de 17 de janeiro de 1991.

JUSTIFICATIVA

A Medida Provisória provoca redução de preços já contratados e praticados, caracterizando uma inconstitucional retroatividade.

Frisa-se ainda que a Lei nº 8 869, de 15/04/94, mencionada na Medida Provisória, se refere a preços de agosto de 1993.

Osmanio Pereira

MP00651

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00012

11/10/94

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651, de 07 de outubro de 1994

Deputado OSMARIO DEBETRA

1

2

3

4

5

6

7

8

9

JUSTIFICATIVA

Dê-se ao parágrafo único do Art. 1º, da Medida Provisória nº 651, de 07 de outubro de 1994, a seguinte redação:

Art. 1º ...

Parágrafo único - O valor das mensalidades, após a conversão, ficará congelada até o final do ano letivo, ficando assegurado o repasse de até 70% (setenta por cento) do reajuste salarial de professores concedido por força de Lei, Convenção Coletiva, Acordo Coletivo ou Sentença Judicial.

É justo que as escolas deem também sua colaboração para o sucesso do Plano Real, mantendo as mensalidades escolares congeladas, após a conversão, até o final do ano letivo. No entanto, é importante assegurar-se a elas o direito de repasse de até 70% (setenta por cento) do reajuste salarial de professores que, porventura, tenham elas que conceder no período de congelamento.

Osório Debetra

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP00651

00013

13/10/94	MEDIDA PROVISÓRIA 651/94	
DEPUTADO VICTOR FACCIONI		1579-9
<input type="checkbox"/> 1 - SUBSTITUIÇÃO <input type="checkbox"/> 2 - ADIÇÃO <input type="checkbox"/> 3 - MODIFICAÇÃO <input type="checkbox"/> 4 - ABROGACÃO <input type="checkbox"/> 5 - SUBSTITUTIVO PARCIAL		
01/01	12	acréscimo

- Acrescente-se ao art. 12, da Medida Provisória 651, de 07 de outubro de 1994, o seguinte parágrafo:

Art. 12 -

§ - A escola pode optar pela conversão dos preços vigentes no ato da assinatura do contrato entre as partes, se calculados com observância do disposto na Lei 8.170, de 17 de janeiro de 1.991.

JUSTIFICATIVA

A Medida Provisória não pode ter efeito retroativo, por prejudicar ato jurídico perfeito consubstanciado na prática de preço calculado conforme lei anterior vigente.

Victor Faccioni

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MF00451

00014

DATA 13 / 10 / 94	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA 651/94			
AUTOR DEPUTADO VICTOR FACCIONI	Nº REGISTRO 1579-9			
1 <input type="checkbox"/> - SUPLENTE 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> - ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA 01/01	ARTIGO 19	PARÁGRAFO acréscimo	INCISO	ALÍNEA

- Acrescente-se ao art. 19 da Medida Provisória 651, de 07 de outubro de 1.994, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais:

Art. 19

§ 19 - Consideram-se como valores das mensalidades convertidas para URV, os que forem fixados pelo estabelecimento para pagamento inicial referente à matrícula de 1.994, em conformidade com a Lei nº 8170, de 17 de janeiro de 1991, art. 20.

JUSTIFICATIVA

A emenda objetiva deixar claro os valores que devem ser levados em conta e que foram fixados de acordo com a legislação vigente à época, para garantir o respeito aos contratos já assinados pelas partes, os quais podem ser considerados como atos jurídicos perfeitos e acabados, devendo, portanto, ser respeitados.

Victor Faccioni

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 00651

00015

11/10/94

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651, de 07 de outubro de 1994

Deputado OSMÂNIO PEREIRA

Acrescente-se ao Art. 1º, da Medida Provisória nº 651 de 07 de outubro de 1994, o seguinte parágrafo:

Art. 1º ...

§ 1º - A escola pode optar pela conversão dos preços vigentes no ato da assinatura do contrato entre as partes, se calculados com observância do disposto na Lei nº 8 170, de 17 de janeiro de 1991.

JUSTIFICATIVA

A Medida Provisória não pode ter efeito retroativo por prejudicar ato jurídico perfeito substanciado na prática de preço calculado conforme lei anterior vigente.

Sala das Comissões, em

[Assinatura]

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

HF 00651

000111

13/10/94	MEDIDA PROVISÓRIA 651/94
DEPUTADO VÍCTOR FACCIONI	Nº PROPOSTA 1579-9
<input checked="" type="checkbox"/> SUPRESSIVA <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA <input type="checkbox"/> ADITIVA <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL	
01/01	2º 1º, 2º, 3º e 4º

- Suprimam-se os parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º do art. 2º, da Medida Provisória 651, de 07 de outubro de 1994.

JUSTIFICATIVA

Se o pagamento da mensalidade convertida está sendo feito sem contestação pelas partes, presume-se que houve entendimento entre elas, caracterizando-se, portanto o acordo previsto no "caput" do art. 2º.

Victor Faccioni

HF 00651

000111

DATA 11/10/94	PROPOSTA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651, DE 07 DE OUTUBRO DE 1994
AUTOR Deputado ROBERTO JEFFERSON	Nº PRONTUÁRIO
<input checked="" type="checkbox"/> SUPRESSIVA <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA <input type="checkbox"/> ADITIVA <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL	
FACILITAD	ARTIGO PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA
01	2º 4º

TEXTO

Suprima-se o Parágrafo quarto do artigo 2º da Medida Provisória nº 651, de 07 de outubro de 1994.

JUSTIFICATIVA: O presente artigo busca legitimar a participação do Ministério Público, entretanto afronta a Constituição Federal.

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP000451

00018

11/10/94

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651, de 07 de outubro de 1994

LEI Nº 4.748 DE 1964

Suprima-se os 1º, 2º, 3º e 4º do Art. 2º, da Medida Provisória nº 651 de 07 de outubro de 1994.

JUSTIFICATIVA

Se o pagamento da mensalidade convertida está sendo feito sem contestação pelas partes, presume-se que houve entendimento entre elas, caracterizando-se, portanto o acordo previsto no caput do Art. 2º.

Sala das Comissões, em

Assinado por [assinatura]

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP00651

00019

DATA 13 / 10 / 94	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA 651/94
AUTOR DEPUTADO VICTOR FACCIONI	Nº FOLHA 1579-9
1 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUIÇÃO 2 <input type="checkbox"/> - SUPLEMENTO 3 <input checked="" type="checkbox"/> - AMPLAÇÃO 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVO 5 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUIÇÃO PARCIAL	
PÁGINA 01/01	ARTIGO 29

- Dê-se ao art. 29, da Medida Provisória 651, de 07 de outubro de 1994, a seguinte redação:

"Art. 29 - Ficam convalidadas as conversões de mensalidades escolares de cruzeiros reais para Unidade Real de Valor (URV), decorrentes de acordos realizados por estabelecimentos de ensino com pais, alunos ou associações de pais e alunos, na vigência das Medidas Provisórias 434, 457 e 482, de 1994, e da Lei 8.880, de 27 de maio de 1994.

JUSTIFICATIVA

Além de um aperfeiçoamento na redação, objetiva esta emenda complementar o dispositivo que se refere apenas à Medida Provisória nº 434 de 1994, sendo que é necessário se ressaltar também às Medidas Provisórias 457 e 482, ambas de 1994.

Victor Faccioni

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

NF 00651

00020

13/10/94 MEDIDA PROVISÓRIA 651/94

DEPUTADO VÍCTOR FACCIANI

1579-9

1 ☐ - SUPLENÇA 2 ☐ - SUBSTITUIÇÃO 3 ☒ - MODIFICAÇÃO 4 ☐ - ADITIVO 5 ☐ - SUBSTITUTIVO GLOBAL

01/01

2º

2º

TEXTO

Dê-se ao § 2º, do art. 2º, da Medida Provisória 651, de 07 de outubro de 1994, a seguinte redação:

Art. 2º -

§ 2º - Os estabelecimentos de ensino, contratados e os responsáveis legais, contratantes, permanecerão utilizando os valores já convertidos, salvo modificações por mútuo consentimento ou decisão judicial."

JUSTIFICATIVA

A iniciativa do Estado deve servir apenas para inibir os eventuais abusos, não devendo, entretanto, intervir diretamente na relação de custo-benefício que envolve a questão, vez que tal ato deve ser respeitado pela autonomia das partes em livremente realizarem seus contratos, observando que os valores já praticados em URV e Rela, anteriores à presente Medida Provisória, foram objeto de livre acordo entre as partes, somente se justificando sua modificação por mútuo consentimento ou por decisão judicial.

Victor Facciani

MF00651

00021

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

11/10/94	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651, de 07 de outubro de 1994
Deputado OSMANIO PEREIRA	
1 <input type="checkbox"/> Proposta 2 <input type="checkbox"/> Substituição 3 <input type="checkbox"/> Adendo 4 <input type="checkbox"/> Retração 5 <input type="checkbox"/> Substituição	

Dê-se ao Art. 2º, da Medida Provisória nº 651 de 07 de outubro de 1994, a seguinte redação:

Art. 2º - Ficam convalidadas as conversões de mensalidades escolares de cruzeiros reais para Unidade Real de Valor (URV), decorrentes de acordos realizados por estabelecimentos de ensino com pais, alunos ou associações de pais e alunos, na vigência das Medidas Provisórias nºs 434, de 1994, 457, de 1994 e 482, de 1994 e da Lei 8 880, de 27 de maio de 1994.

JUSTIFICATIVA

Além de um aperfeiçoamento na redação, objetiva esta emenda complementar o dispositivo que se refere apenas à Medida Provisória nº 434, de 1994, sendo que é necessário se respeitar também as Mps 457 e 482, ambas de 1994.

Osmanio Pereira

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

13 / 10 / 94	MEDIDA PROVISÓRIA 651/94
DEPUTADO VICTOR FACCIONI	1579-9
1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA GLOBAL	
01/01	29 Único

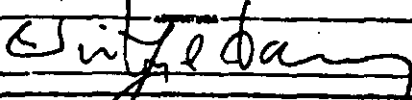
- Dá-se ao parágrafo Único do art. 29, da Medida Provisória 651, de 07 de outubro de 1.994, a seguinte redação:

Art. 29 -

Parágrafo Único - Os estabelecimentos de ensino contra dos, e os responsáveis legais, contratantes, permanecerão utili zando os valores já convertidos, salvo modificação por mútuo con sentimento ou decisão judicial.

JUSTIFICATIVA

A iniciativa do Estado deve servir apenas para inibir os eventuais abusos, não devendo, entretanto, intervir diretamente na relação de custo benefício que envolve a questão, vez que tal ato deve ser respeitado pela autonomia das partes em livremente realizarem seus contratos, observando que os valores já praticados em URV e Real, anteriores à presente Medida Provisória, foram objeto de livre acordo entre as partes, somente se justificando sua modificação por mútuo consentimento ou por decisão judicial.



MF-00651

00023

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

11/10/94

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651, de 07 de outubro de 1994

Deputado OSMANIO PEREIRA

☐ Written 2 ☐ Verbal 3 ☒ No entry 4 ☐ Other 0 ☐ Suspended

Dê-se ao § 2º, do Art. 2º, da Medida Provisória nº 651, de 07 de outubro de 1994, a seguinte redação:

§ 2º - Os estabelecimentos de ensino, contratados, e os responsáveis legais, contratantes, permanecerão utilizando os valores já convencionados, salvo modificação por mútuo consentimento ou decisão judicial.

JUSTIFICATIVA

A iniciativa do Estado deve servir apenas para inibir os eventuais abusos, não devendo, entretanto, intervir diretamente na relação de custo benefício que envolve a questão, vez que tal ato deve ser respeitado pela autonomia das partes em livremente realizarem seus contratos, observando que os valores já praticados em URV e Real, anteriores à presente Medida Provisória, foram objeto de livre acordo entre as partes, somente se justificando sua modificação por mútuo consentimento ou por decisão judicial.

Sala das Comissões, em

[illegible]

MP 651

00024

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

11/ 10 / 94

Medida Provisória nº 651 de 07 de outubro de 1994

DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA

1

EMENDA

2

SUBSTITUTIVA

3

MODIFICAÇÃO

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

01 de 01

29

35

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651, de 7/10/94Art. 2º, § 3º

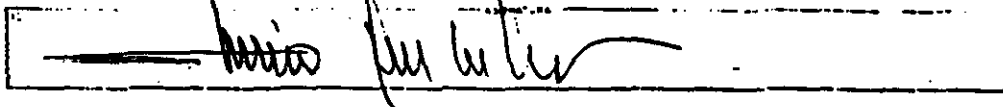
Emenda Aditiva.

Acrescentar, no final do § 3º, a expressão:

"devendo as entidades mencionadas estar apoiadas por, no mínimo, 10% (dez por cento) dos pais de alunos matriculados no estabelecimento ou dos estudantes, no caso de ensino superior".

JUSTIFICAÇÃO

Sem o acréscimo, as entidades ficam legitimadas para propor ações judiciais sobre preços de mensalidades, mesmo que ao arrepio ou contra a vontade de pais de alunos do estabelecimento.



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MF 00651

00025

13/10/94	MEDIDA PROVISÓRIA 651/94
DEPUTADO VICTOR FACCIONI	1579-9
1 <input type="checkbox"/> SUPLENTE 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTO 3 <input type="checkbox"/> MODIFICADORA 4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA GLOBA	
01/01	2º 3º
TÍTULO	

- Acrescentar, ao final do § 3º do art. 2º, a expressão:

"... devendo as entidades mencionadas estar apoiadas por, no mínimo, 10% (dez por cento) dos pais de alunos matriculados no estabelecimento ou dos estudantes, no caso do ensino superior."

JUSTIFICATIVA,

Sem o acréscimo, as entidades ficam legitimadas para propor ações judiciais sobre preços das mensalidades, mesmo que ao arrepio, ou contra a vontade de pais de alunos do estabelecimento.

Witzel

EMENDAS 508612244026

P. 02

MP00651

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00026

13 / 10 / 94

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651/94

DEP. JOSÉ TELES

177

1 ☐ ADICIONAR 2 ☐ EXCLUIR 3 ☐ CORRIGIR 4 ☒ SUPRIR 5 ☐ REINTEGRAR

ART. 2º e 3º

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651, de 7/10/94

Art. 2º, § 3º

Emenda Aditiva.

Acrescentar, no final do § 3º, a expressão:

"devendo as entidades mencionadas estar apoiadas por, no mínimo, 10% (dez por cento) dos pais de alunos matriculados no estabelecimento ou dos estudantes, no caso de ensino superior".

JUSTIFICAÇÃO

Sem o acréscimo, as entidades ficam legitimadas para propor ações judiciais sobre preços de mensalidades, mesmo que ao arrepio ou contra a vontade do pais de alunos do estabelecimento.

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

13 / 10 / 94	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651 DE 07.10/94
DEP. CLONANCIO FONSECA	175
1 <input type="checkbox"/> ADITIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> REFORMATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> REFORMATIVA 5 <input type="checkbox"/> REFORMATIVA 6 <input type="checkbox"/> REFORMATIVA 7 <input type="checkbox"/> REFORMATIVA 8 <input type="checkbox"/> REFORMATIVA 9 <input type="checkbox"/> REFORMATIVA	
ART. 2º e 3º	

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651, de 7/10/94Art. 2º, § 3ºEmenda Aditiva.

Acrescentar, no final do § 3º, a expressão:

"devendo as entidades mencionadas estar apoiadas por, no mínimo, 10% (dez por cento) dos pais de alunos matriculados no estabelecimento ou dos estudantes, no caso de ensino superior".

JUSTIFICACÃO

Com o acréscimo, as entidades ficam legitimadas para propor ações judiciais sobre preços de mensalidades, mesmo que ao arrepio ou contra a vontade de pais de alunos do estabelecimento.

Clonancio Fonseca

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 00651

00028

13 / 10 / 94	M.P. 651/94
MARCOS LIMA	
1 <input type="checkbox"/> SUPRESSÃO 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUIÇÃO 3 <input type="checkbox"/> MODIFICAÇÃO 4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUIÇÃO GERAL	
2º / 3º	

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651, de 7/10/94Art. 2º, § 3º

Emenda Aditiva.

Acrescentar, no final do § 3º, a expressão:

"devendo as entidades mencionadas estar apoiadas por, no mínimo, 10% (dez por cento) dos pais de alunos matriculados no estabelecimento ou dos estudantes, no caso de ensino superior".

JUSTIFICAÇÃO

Sem o acréscimo, as entidades ficam legitimadas para propor ações judiciais sobre preços de mensalidades, mesmo que ao arrepio ou contra a vontade de pais de alunos do estabelecimento.



MF00651

00022

DATA 11/10/94	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651, DE 07 DE OUTUBRO DE 1994			
AUTOR Deputado ROBERTO JEFFERSON	Nº FORTUÁRIO			
<input checked="" type="checkbox"/> - SUPRESSIVA	<input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA	<input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA	<input type="checkbox"/> - ADITIVA	<input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL
01 - PARÁGRAFO	02 - ARTIGO	03 - PARÁGRAFO ÚNICO	04 - INCISO	05 - ALÍNEA
T E X T O				
<p>Suprimam-se, no parágrafo único do Art. 3º, da Medida Provisória nº 651, de 07 de outubro de 1994, as seguintes expressões:</p> <p>"para o autor, quando ente privado ou"</p> <p>e:</p> <p>"quando a ação for proposta por ente público legitimado".</p> <p style="text-align: center;">JUSTIFICATIVA:</p> <p>Com a aprovação da supressão proposta, o dispositivo legal ficaria assim redigido:</p> <p>"Parágrafo único. A multa civil reverterá para o fundo de que trata o Art. 13 da Lei nº 7.347, de 1985."</p> <p>Não se justifica que a multa seja revertida para o autor da ação, pois tal entendimento não se coaduna com a tradição e jurisprudência do nosso Direito Civil.</p> <p style="text-align: right;"><i>[Assinatura]</i></p>				
ASSINATURA				

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP00651

00030

13/10/94	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA 651/94
DEPUTADO VICTOR FACCIONI	1579-9
1 - SUPRESSÃO 2 - SUBSTITUTIVA 3 - MODIFICADORA 4 - ADITIVA 5 - SUBSTITUTIVA GLOBAL	
01/01	3º Único

- Suprima-se do parágrafo Único do art. 3º, da Medida Provisória nº 651, de 07 de outubro de 1994, as seguintes expressões:

Art. 3º -

Parágrafo Único

"para o autor, quando ente privado ou " e

"quando a ação for proposta por ente público legitimado".

JUSTIFICATIVA

Com a aprovação da supressão proposta, o dispositivo legal ficaria assim redigido:

"Parágrafo Único. A multa civil reverterá para o Fundo de que trata o art. 13, da Lei 7347, de 1985."

Tal mudança enquadra o parágrafo dentro da tradição de nosso Direito Civil e, nos casos de multa que porventura venham a ocorrer os valores serão destinados ao referido fundo.

Observo, ainda, que trata-se de proposta alternativa à outra Emenda que apresentei, suprimindo todo o parágrafo Único do art. 3º.

Victor Faccioni

MP00651

00031

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

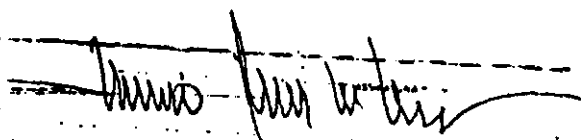
13/ 10/94	MEDIDA PROVISÓRIA 651/94
DEPUTADO VICTOR FACCIONI	1579-9
1 <input checked="" type="checkbox"/> SUPRESSÃO 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUIÇÃO 3 <input type="checkbox"/> MODIFICAÇÃO 4 <input type="checkbox"/> ADITIÃO 5 <input type="checkbox"/> SUPRESSÃO GLOBAL	
01/01	3º Único

- Suprima-se o parágrafo Único do art. 3º, da Medida Provisória nº 651, de 07 de outubro de 1.994

JUSTIFICATIVA

Não se justifica que a multa reverta para o autor da ação, pois tal entendimento destoaria da tradição e da jurisprudência de nosso Direito Civil.

Victor Faccioni

11/10/94		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651, DE 07 DE OUTUBRO DE 1994	
Deputado OSMÂNIO PEREIRA			
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 6	<input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> 8
ART. 3º			
Suprima-se do parágrafo único do Art. 3º, da Medida Provisória nº 651, de 07 de outubro de 1994, as seguintes expressões:			
"para o autor, quando ente privado ou" e			
"quando da ação for proposta por ente público legitimado".			
JUSTIFICATIVA			
Com a aprovação da supressão proposta, o dispositivo legal ficaria assim redigido:			
Parágrafo único. A multa civil reverterá para o Fundo de que trata o Art. 13, da Lei nº 7 347, de 1 985.			
Tal mudança enquadra o parágrafo dentro da tradição de nosso Direito Civil e, nos casos de multa que porventura venham a ocorrer os valores serão destinados ao referido fundo.			
Observo, ainda, que trata-se de proposta alternativa à outra Emenda que apresentei, suprimindo todo o parágrafo único do Art. 3º.			
Sala das Comissões, em			
			

HP00651

00033

11/10/94 MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651, DE 07 DE OUTUBRO DE 1994

Deputado OSMÂNIO PEREIRA

1 ☐ SUPRESSIVA 2 ☐ SUBSTITUTIVA 3 ☐ EMENDATÓRIA 4 ☐ ADITIVA 5 ☐ SUBSTITUTIVO PARCIAL

ART. 3º - SUPRESSIVA DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 3º DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651, DE 07 DE OUTUBRO DE 1994.

Suprima-se o parágrafo único do Art. 3º, da Medida Provisória nº 651, de 07 de outubro de 1994.

JUSTIFICATIVA

Não se justifica que a multa reverta para o autor da ação, pois tal entendimento destoa da tradição e da jurisprudência de nosso Direito Civil.

Sala das Comissões, em

Osmano Pereira

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

11/10/94

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651, DE 07 DE OUTUBRO DE 1994

Deputado OSMANIO PEREIRA

1 ☐ SUPRESSÃO 2 ☐ SUPLEMENTO 3 ☐ MODIFICAÇÃO 4 ☐ ADIÇÃO 5 ☐ SUBSTITUIÇÃO

Acrescente-se ao Art. 3º, da Medida Provisória nº, de 07 de outubro de 1994, a seguinte expressão:

"... salvo nos casos em que ocorrer dissídio da categoria predominante na instituição de ensino, à qual fica assegurado o reajuste da mensalidade escolar em percentual equivalente a 70% (setenta por cento) do concedido à referida categoria."

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda é uma alternativa à outra por mim apresentada propondo a supressão total do Art. 4º

Temos que convir que o simples e puro congelamento do valor das mensalidades sem se levar em conta a hipótese prevista na presente proposta, poderá resultar em sérios desequilíbrios para a economia das escolas, com reflexos negativos na qualidade do ensino e com perigo de surgimento e alastramento de movimentos grevistas cujas consequências são imprevisíveis.

Com o acréscimo que ora estamos propondo, o Art. 4º da Medida Provisória ficaria assim redigido:

"Art. 4º - os valores convertidos, na forma dos artigos anteriores, não sofrerão reajuste pelo prazo de doze meses, salvo nos casos em que ocorrer dissídio da categoria predominante na instituição de ensino, à qual fica assegurado o reajuste da mensalidade escolar em percentual equivalente a 70% (setenta por cento) do concedido à referida categoria."

Sala das Comissões, em

Osmanio Pereira

MP00651

00035

DATA 11/10/94	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651, DE 07 DE OUTUBRO DE 1994			
AUTOR Deputado ROBERTO JEFFERSON	Nº PRONTUÁRIO			
<input checked="" type="checkbox"/> - SUPRESSIVA <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA <input type="checkbox"/> - ADITIVA <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA 01	ARTIGO 4º	PARÁGRAFO ÚNICO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

Suprima-se o parágrafo único do artigo 4º da Medida Provisória nº 651, de 07 outubro de 1994.

JUSTIFICATIVA: A supressão desse parágrafo justifica-se por uma questão de coerência com a emenda anteriormente apresentada, pela supressão do art. 4º da presente Medida Provisória.

Por outro lado, em recente julgamento o Supremo Tribunal Federal pronunciou-se pela inconstitucionalidade do presente dispositivo.

ASSINATURA

MP00651

00036

DATA 11/10/94	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651, DE 07 DE OUTUBRO DE 1994
AUTOR Deputado ROBERTO JEFFERSON	Nº PRONTUÁRIO
<input checked="" type="checkbox"/> - SUPRESSIVA <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA <input type="checkbox"/> - ADITIVA <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL	
01 - PARÁGRAFO	ARTIGO 4º
	PARÁGRAFO
	INCISO
	ALÍNEA

T E X T O

Suprima-se o artigo 4º da Medida Provisória nº 651, de 07 outubro de 1994.

JUSTIFICATIVA: Não se justifica uma ação do governo impondo um congelamento no valor da mensalidade para o ano letivo de 1995, pois cada ano letivo tem um projeto adequado para sua realidade. Impor a manutenção de um determinado valor é interferir na relação do prestador do serviço e do consumidor, limitando a qualidade, a ação da iniciativa privada e a livre concorrência.

Por outro lado, em recente julgamento o Supremo Tribunal Federal pronunciou-se pela inconstitucionalidade do presente dispositivo.


ASSINATURA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MF 00651

00037

DATA 13/10/94	PROPOSTA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651/94
AUTOR DEPUTADO VICTOR FACCIANI	Nº PROPOSTA 1579-9
TIPO <input checked="" type="checkbox"/> - SUPLENÇÃO <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA <input type="checkbox"/> - ADITIVA <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GERAL	
ORDEM 01/01	ARTIGO 48
PARÁGRAFO	
NÚMERO	
PÁGINA	

Suprima-se o art. 48 da Medida Provisória 651, de 07 de outubro de 1994

JUSTIFICATIVA

As mensalidades escolares são definidas levando-se em conta os encargos educacionais e custos gerais dos projetos pedagógicos planejados para o ano ou semestre letivo, não podendo, portanto, congelar-se os valores de um ano letivo para o próximo, sob pena de se colocar em risco a qualidade do ensino e o projeto pedagógico da escola.

Victor Facciani

MP00651

00038

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

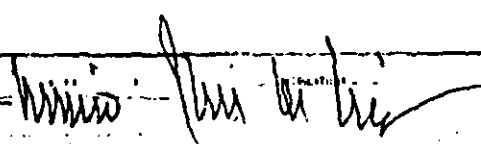
13/10/94	MEDIDA PROVISÓRIA 651/94	
AUTOR DEPUTADO VICTOR FACCIONI		Nº PROPOSTA 1579-9
1 <input checked="" type="checkbox"/> SUPRESSÃO 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICADORA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GERAL		
PÁGINA 01/01	ARTIGO 48	PARÁGRAFO Único

Suprime-se o parágrafo Único do art. 48 da Medida Provisória nº 651, de 07 de outubro de 1.994

JUSTIFICATIVA

A supressão desse parágrafo, justifica-se por uma questão de coerência com a emenda anteriormente apresentada por mim, sugerindo a supressão do art. 48 da presente Medida Provisória.

Victor Faccioni

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS		MP 651
		00039
11/10/94	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651, DE 07 DE OUTUBRO DE 1994	
Deputado OSMÂNIO PEREIRA		
1 <input type="checkbox"/> SUPRESSÃO 2 <input type="checkbox"/> INCLUSIVE 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATÓRIA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA PARCIAL		
ART. 4º		
Suprima-se o parágrafo único do Art. 4º, da Medida Provisória nº 651, de 07 de outubro de 1994.		
JUSTIFICATIVA		
A supressão desse parágrafo, justifica-se por uma questão de coerência com a emenda anteriormente apresentada por mim, sugerindo a supressão do Art. 4º, da presente Medida Provisória.		
Sala das Comissões, em		
		

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MF00651

00040

11/ 10/ 94

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651, de 07 de outubro de 1994.

DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA

1

ADITIVA

2

SUBSTITUTIVA

3

MODIFICATIVA

4

ADITIVA

5

SUBSTITUTIVA GLOBAL

01 de 01

48

CAPUT

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651, de 7/10/94

Emenda Aditiva

Art. 4º, caput

Acrescentar no final do art. 4º a seguinte expressão:

"salvo o repasse de 70% (setenta por cento) do percentual de reajustamento salarial de professores que ocorrer na data-base, por força de lei, convenção coletiva ou sentença judicial".

JUSTIFICAÇÃO

Por força dos arts. 26 e 27 da Lei 8.880/94 e do Decreto nº 1239, de 14/9/94, na data-base, a escola terá de conceder reajustamento salarial a seus empregados, pelo índice correspondente às perdas decorrentes do Plano Real e pelo IPC-r acumulado desde 1º/7/94.

O gasto com pessoal corresponde — conforme UNESCO, SUNAB, Ministério e Conselho Federal de Educação — a 70% dos custos de ensino. Proibir-se à escola o repasse para compatibilizar preços com elevação de custos significa inviabilizá-la.

Osmano Pereira

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MF00651

00041

13/10/94

MEDIDA PROVISÓRIA 651/94

DEPUTADO VICTOR FACCIONI

1579-9

1 ☐ SUPLENÇÃO 2 ☐ SUPSTITUTIVA 3 ☐ MODIFICATIVA 4 ☒ ADITIVA 5 ☐ SUPSTITUTIVA GLOBAL

01/01

48

caput

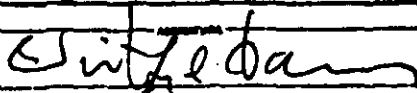
- Acrescentar no final do art. 48 a seguinte expressão:

"Art. 48 -
..... salvo o repasse de 70% (setenta por cento) do per-
centual de reajustamento salarial de professores que ocor-
rer na data-base, por força de lei, convenção coletiva ou
sentença judicial".

JUSTIFICAÇÃO

Por força dos artigos 26 e 27 da Lei 8.880/94 e do Decre-
to nº 1239, de 14 de setembro de 1.994, na data-base, a escola terá
de conceder reajustamento salarial a seus empregados, pelo índice
correspondente às perdas decorrentes do Plano Real e pelo IPC-r acumu-
lado desde 12 de julho de 1994.

O gasto com pessoal corresponde - conforme UNESCO, SUNAB
e Conselho Federal de Educação - a 70% dos custos de ensino. Proibir-
se à escola o repasse para compatibilizar preços com elevação de cus-
tos significa inviabilizá-la.



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

13/10/94	PROPOSTA MEDIDA PROVISÓRIA 651/94
DEPUTADO VICTOR FACCIONI	1579-9
1 <input type="checkbox"/> ALTERNATIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA PARCIAL	
01/01	49

- Acrescente-se ao art. 49 da Medida Provisória nº 651, de 07 de outubro de 1.994, a seguinte expressão:

"...salvo nos casos em que ocorrer dissídio de categoria predominante na instituição de ensino, à qual fica assegurado o reajuste da mensalidade escolar em percentual equivalente a 70% (setenta por cento) do concedido à referida categoria".

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda é uma alternativa à outra por mim apresentada, propondo a supressão total do artigo.

Temos que convir que o simples e puro congelamento do valor das mensalidades sem se levar em conta a hipótese prevista na presente proposta, poderá resultar em sérios desequilíbrios para a economia das escolas, com reflexos negativos na qualidade do ensino e com perigo de surgimento e estouramento de movimentos grevistas cujas consequências são imprevisíveis.

Com o acréscimo que ora estamos propondo, o art. 49 da Medida Provisória ficaria assim redigido:

"Art. 49 - Os valores convertidos, na forma dos artigos anteriores, não sofrerão reajuste pelo prazo de doze meses, salvo nos casos em que ocorrer dissídio de categoria predominante na instituição de ensino, à qual fica assegurado o reajuste da mensalidade escolar em percentual equivalente a 70% (setenta por cento) do concedido à referida categoria."

Victor Faccioni

L.S. - Emissão - CONFERÊNCIA 050012200420

P. 03

MF00651

APRESENTAÇÃO DE EMENDA:

00043

13 / 10 / 94

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651/94

DEP. JOSÉ TELES

177

ABI... 49

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651, de 7/10/94

Emenda Aditiva

Art. 4º, caput

Acrescentar no final do art. 4º a seguinte expressão:

"salvo o repasse de 70% (setenta por cento) do percentual de reajustamento salarial de professores que ocorrer, na data-base, por força de lei, convenção coletiva ou sentença judicial".

J U S T I F I C A Ç Ã O

Por força dos arts. 26 e 27 da Lei 8.880/94 e do Decreto nº 1239, de 14/9/94, na data-base, a escola terá de conceder reajustamento salarial a seus empregados, pelo índice correspondente às perdas decorrentes do Plano Real e pelo IPC-r acumulado desde 1º/7/94.

O gasto com pessoal corresponde — conforme UNESCO, SUNAB, Ministério e Conselho Federal de Educação — a 70% dos custos de ensino. Proibir-se à escola o repasse para compatibilizar preços com elevação de custos significa inviabilizá-la.

EST.ENS-CONF-ENR 55061244526

P.105

HP00631

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00044

13 / 10 / 94

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 631 DE 07/10/94

DEP. CLEONÁICO FONSECA

175

ART. 4º

ART. 4º

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 631, de 7/10/94

Emenda Aditiva

Art. 4º, caput.

Adicionar no final do art. 4º a seguinte expressão:

"salvo o repasse de 70% (setenta por cento) do percentual de reajustamento salarial de professores que ocorrer na data-base, por força de lei, convenção coletiva ou sentença judicial".

JUSTIFICATIVA

Por força dos arts. 26 e 27 da Lei 9.880/94 e do Decreto nº 1234, de 14/9/94, na data-base, a escola terá de conceder reajustamento salarial a seus empregados, pelo índice correspondente às perdas decorrentes do Plano Real e pelo IPC-E acumulado desde 1º/7/94.

O repasse aos pessoal corresponde — conforme UNESCO, SENAES, Ministério e Conselho Federal de Educação — a 70% dos custos de ensino. Proibir-se à escola o repasse para compatibilizar preço com elevação de custos significa inviabilizá-la.

Plácido José

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP00651

00045

13 10 / 94

M.P. 651/ 94

MARCOS LIMA

1 ☐ SUPRESSIVA 2 ☐ SUBSTITUTIVA 3 ☐ MODIFICATIVA 4 ☒ ADITIVA 9 ☐ SUBSTITUTIVO GLOBAL

4º

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651, de 7/10/94Emenda Aditiva

Art. 4º, caput

Acrescentar no final do art. 4º a seguinte expressão:

"salvo o repasse de 70% (setenta por cento) do percentual de reajustamento salarial de professores que ocorrer na data-base, por força de lei, convenção coletiva ou sentença judicial".

JUSTIFICAÇÃO

Por força dos arts. 26 e 27 da Lei 8.880/94 e do Decreto nº 1239, de 14/9/94, na data-base, a escola terá de conceder reajustamento salarial a seus empregados, pelo índice correspondente às perdas decorrentes do Plano Real e pelo IPC-r acumulado desde 1º/7/94.

O gasto com pessoal corresponde — conforme UNESCO, SUNAB, Ministério e Conselho Federal de Educação — a 70% dos custos de ensino. Proibir-se à escola o repasse para compatibilizar preços com elevação de custos significa inviabilizá-la.

Marcos Lima

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MF00651

00046

11 / 10 / 94

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651, de 07 de outubro de 1994.

DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA

1 ☒

SUPRESSIVA

2 ☐

SUBSTITUTIVA

3 ☐

MODIFICATIVA

4 ☐

ADITIVA

9 ☐

SUBSTITUTIVA GLOBAL

01 de 01

52

Único

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651, de 7/10/94

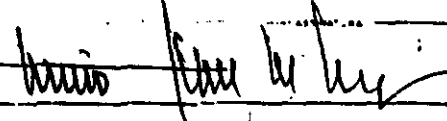
Emenda Supressiva

Art. 5º, Parágrafo Único

Suprimir o parágrafo único do art. 5º.

J U S T I F I C A Ç Ã O

o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1129-4/D.F., já considerou inconstitucional o dispositivo.



MP-00651-1

000000

DATA 11/10/94	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651, DE 07 DE OUTUBRO DE 1994			
AUTOR Deputado ROBERTO JEFFERSON	Nº PRONTUÁRIO			
<input checked="" type="checkbox"/> - SUPRESSIVA <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA <input type="checkbox"/> - ADITIVA <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA 01	ARTIGO 5º	PARÁGRAFO ÚNICO	INCISO	ALÍNEA
<p style="text-align: center;">T E X T O</p> <p>Suprima-se o Parágrafo Único do Artigo 5º da Medida Provisória nº 651, de 07 de outubro de 1994.</p> <p>JUSTIFICATIVA: O legislador constitucional definiu no Capítulo II - DOS DIREITOS SOCIAIS, aqueles protegidos pelo Estado. Ao definir como de interesse social a relação de consumo decorrente da prestação de serviços educacionais por estabelecimentos particulares de ensino, excluindo as relações decorrentes do ensino público, previsto constitucionalmente e precariamente atendido pelo Poder competente, o Exmo. Sr. Presidente da República, através de MEDIDA PROVISÓRIA, legisla em matéria reservada ao Poder Legislativo, pelas vias próprias.</p> <p>Acrescenta-se, ainda, que a supressão deste parágrafo está em consonância com a emenda anterior apresentada por mim, pela supressão do art. 5º da Medida Provisória.</p> <p style="text-align: center;"><i>[Assinatura]</i></p> <p style="text-align: center;">ASSINATURA</p>				

11F00651

00048

PAZ 11/10/94	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651, DE 07 DE OUTUBRO DE 1994
AUTOR Deputado ROBERTO JEFFERSON	Nº PROTOUÁRIO
<input checked="" type="checkbox"/> - SUPRESSIVA <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA <input type="checkbox"/> - ADITIVA <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL	
01 - PARÁGRAFO	ARTIGO 5º
PARÁGRAFO	
INCISO	
ALÍNEA	
TEXTO	
<p>Suprima-se o Artigo 5º da Medida Provisória nº 651, de 07 de outubro de 1994.</p> <p>JUSTIFICATIVA: O legislador constitucional definiu no Capítulo II - DOS DIREITOS SOCIAIS, aqueles protegidos pelo Estado. Ao definir como de interesse social a relação de consumo decorrente da prestação de serviços educacionais por estabelecimentos particulares de ensino, excluindo as relações decorrentes do ensino público, previsto constitucionalmente e precariamente atendido pelo Poder competente, o Exmo. Sr. Presidente da República, através da MEDIDA PROVISÓRIA, legislou em matéria reservada ao Poder Legislativo, pelas vias próprias.</p>	
ASSINATURA	

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP00651

00049

13/10/94	PROPOSIÇÃO	MEDIDA PROVISÓRIA 651/94
AUTOR		ST. PARITICULAR
DEPUTADO VICTOR FACCIANI		1579-9
1 <input checked="" type="checkbox"/> SUPRESSÃO 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUIÇÃO 3 <input type="checkbox"/> MODIFICAÇÃO 4 <input type="checkbox"/> ADITIVO 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBO		
01/01	59	Único

- Suprima-se o parágrafo Único do art. 59, da Medida Provisória 651/94

JUSTIFICATIVA

O Supremo Tribunal Federal, na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1129-4/DF, já considerou inconstitucional o dispositivo.

O legislador constitucional definiu no Capítulo II - DOS DIREITOS SOCIAIS, aqueles protegidos pelo Estado. Ao definir como de interesse social a relação de consumo decorrente da prestação de serviços educacionais por estabelecimentos particulares de ensino, excluindo as relações decorrentes do ensino público, previsto constitucionalmente e precariamente atendido pelo Poder competente, o Exmo. Sr. Presidente da República, através da Medida Provisória, legisla em matéria, e.m.j., reservada ao Poder Legislativo, pelas vias próprias.

Acréscete-se ainda que a supressão deste parágrafo, está em consonância com a emenda anterior por mim apresentada, sugerindo a supressão do art. 59.

Victor Facciani

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 00651

00050

DATA 13/10/94	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA 651/94
AUTOR DEPUTADO VICTOR FACCIONI	Nº PROPOSTA 1579-9
TIPO <input checked="" type="checkbox"/> SUPRESSÃO <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA <input type="checkbox"/> REFORMATIVA <input type="checkbox"/> ADITIVA <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GERAL	
DATA 01/01	ARTIGO 59

- Suprima-se o art. 59 de Medida Provisória nº 651, de 07 de outubro de 1.994

JUSTIFICATIVA

O legislador constitucional definiu no Capítulo II - DOS DIREITOS SOCIAIS, aqueles protegidos pelo Estado. Ao definir como de interesse social a relação de consumo decorrente da prestação de serviços educacionais por estabelecimentos particulares de ensino, excluindo as relações decorrentes do ensino público, previsto constitucionalmente e precariamente atendido pelo Poder competente, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, através da Medida Provisória, legislou em matéria, e.m.j., reservada ao Poder Legislativo, pelas vias próprias.

Victor Faccioni

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS •

MP00651

00051

DATA 13 / 10 / 94	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA 651/94
AUTOR DEPUTADO VICTOR FACCIONI	Nº REGISTRO 1579-9
1 <input type="checkbox"/> SUPLENÇÃO 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUIÇÃO 3 <input type="checkbox"/> MODIFICAÇÃO 4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIÃO 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUIÇÃO GLOBAL	
PARÁGRAFO 01/01	ARTIGO 69

Acrescenta, no início do art. 69, a expressão
"durante 60 (sessenta) dias."

JUSTIFICAÇÃO

O acréscimo colocará o artigo de acordo com a redação dada ao art. 49 da Lei nº 8120/91 pelo Congresso Nacional, no final de 1993.

A escola particular se mantém e presta os serviços com a receita que aufera com o recebimento das mensalidades. O art. 69 da MP 651/94, como redigido, deixará a escola sem meios para se manter e provocará generalizada inadimplência.

Victor Faccioni

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

13 / 10 / 94	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651/94
DEP. JOSÉ TELES	177
<input checked="" type="checkbox"/> SUPRESSIVA	<input type="checkbox"/> ADITIVA
<input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	<input type="checkbox"/> SUPPLEMENTAR
ART. 5º	

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651, de 7/10/94Emenda SupressivaArt. 5º, Parágrafo Único

Suprimir o parágrafo único do art. 5º.

J U S T I F I C A Ç Ã O

O Supremo Tribunal Federal, na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1129-4/D.F., já considerou inconstitucional o dispositivo.

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 651

66653

13 / 10 / 94	MEDIA PROVISÓRIA Nº 651 DE 94
DEP. CLEONÂNIO FONSECA	175
1 <input checked="" type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7 <input type="checkbox"/> 8 <input type="checkbox"/> 9 <input type="checkbox"/>	
ART. 5º	

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651, de 7/10/94

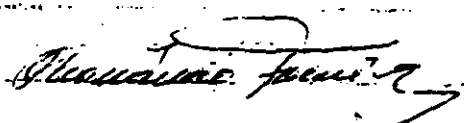
Emenda Suprativa

Art. 5º. Parágrafo Único

Suprimir o parágrafo único do art. 5º.

JUSTIFICACÃO

O Supremo Tribunal Federal, na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1129-4/D.F., já considerou inconstitucional o dispositivo.



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

14F00051

00054

13/10/94

N.P. 651/94

MARCOS LIMA

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

5º

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651, de 7/10/94

Emenda Supressiva

Art. 5º, Parágrafo Único

Suprimir o parágrafo único do art. 5º.

J U S T I F I C A Ç Ã O

O Supremo Tribunal Federal, na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1129-4/D.F., já considerou inconstitucional o dispositivo.

Assinatura

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP00651

00055

11/10/94

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651, DE 07 DE OUTUBRO DE 1994

Deputado OSMÂNIO PEREIRA

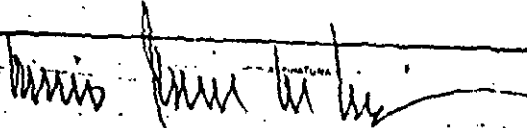
1 ☐ SUPLENTE 2 ☐ SUBSTITUTO 3 ☐ M. G. C. 4 ☐ ADJUNTO 5 ☐ SUBSTITUTO G. P. 6 ☐ ADJUNTO G. P.

Suprima-se o Art. 5º, da Medida Provisória nº 651, de 07 de outubro de 1994.

JUSTIFICATIVA

O Legislador constitucional definiu no capítulo II - DOS DIREITOS SOCIAIS, aqueles protegidos pelo Estado. Ao definir como de interesse social a relação de consumo decorrente da prestação de serviços educacionais por estabelecimentos particulares de ensino, excluindo as relações decorrentes do ensino público, previsto constitucionalmente e precariamente atendido pelo Poder competente, o Exmº Sr. Presidente da República, através da MEDIDA PROVISÓRIA, legislou em matéria, s.m.j., reservada ao Poder Legislativo, pelas vias próprias.

Sala das Comissões, em



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS		MP00651
		00056
11/10/94	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651, DE 07 DE OUTUBRO DE 1994	
Deputado OSMANTO PEREIRA		
1 <input type="checkbox"/> Suprimento 2 <input type="checkbox"/> Substituição 3 <input type="checkbox"/> Emenda 4 <input type="checkbox"/> Aditivo 5 <input type="checkbox"/> Substituição		

Suprima-se o parágrafo único, do Art. 5º, da Medida Provisória nº 651, de 07 de outubro de 1994.

JUSTIFICATIVA

O Legislador constitucional definiu no Capítulo II - DOS DIREITOS SOCIAIS, aqueles protegidos pelo Estado. Ao definir como de interesse social a relação de consumo decorrente da prestação de serviços educacionais por estabelecimentos particulares de ensino, excluindo as relações decorrentes do ensino público, previsto constitucionalmente e precariamente atendido pelo Poder competente, o Exmº Sr. Presidente da República, através de Medida Provisória, legislou em matéria, s.m.j., reservada ao Poder Legislativo, pelas vias próprias.

Acrescente-se ainda que a supressão deste parágrafo, está em consonância com a emenda anterior por mim apresentada, sugerindo a supressão do Art. 5º.

Sala das Comissões, em

[Assinatura]

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

11/10/94	PROPOSIÇÃO	14700401
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651, DE 07 DE OUTUBRO DE 1994		
Deposado OSMÂNIO PEREIRA		1
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> Substitutiva 3 <input type="checkbox"/> Interferente 4 <input type="checkbox"/> Aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutiva parcial		
ART. 6º		

Suprima-se o Art. 6º da Medida Provisória nº 651, de 07 de outubro de 1994.

JUSTIFICATIVA

A Lei nº 8 747, de 09 de dezembro de 1993, trata do mesmo assunto e de forma mais apropriada, não tendo sentido, portanto, repetir-se, e ainda de forma inadequada, a regulamentação da matéria.

Sala das Comissões, em

Osmanio Pereira

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

PROPOSTA	
00058	
13 / 10 / 94	PROPOSTA
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651, DE 07 DE OUTUBRO DE 1 994	
AUTOR	
Deputado VICTOR FACCIONI	
Nº PROJ. AUT.	
1 <input checked="" type="checkbox"/> SUPLENÇÃO 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBA.	
01/01	68

Suprima-se o Art. 6º da Medida Provisória nº 651, de 07 de outubro de 1 994.

JUSTIFICATIVA

A Lei nº 8 747, de 09 de dezembro de 1 993, trata do mesmo assunto de forma mais apropriada, não tendo sentido, portanto, repertir-se, e ainda de forma inadequada, a regulamentação da matéria.

Sala das Comissões, em 13 de outubro de 1994

Victor Faccioni

MP00651

00059

DATA 11/10/94	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651, DE 07 DE OUTUBRO DE 1994
AUTOR Deputado ROBERTO JEFFERSON	Nº FOLHETÁRIO
<input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA <input checked="" type="checkbox"/> - MODIFICATIVA <input type="checkbox"/> - ADITIVA <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL	
01 - FALSA	ARTIGO 6º
	PARÁGRAFO
	INCISO
	ALÍNEA

TEXTO

De-se ao Art. 6º da Medida Provisória nº 651, de 07 de outubro de 1994, a seguinte redação:

Art. 6º. São proibidas a suspensão de provas escolares, a retenção de documentos escolares, inclusive os de transferência ou a aplicação de quaisquer penalidades pedagógicas ou administrativas, por motivo de inadimplência do aluno pelo prazo de sessenta dias, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, ficando assegurado aos estabelecimentos de ensino a emissão de títulos a que se refere o art. 20 da Lei 5.474, de 18 de Julho de 1968.

JUSTIFICATIVA:

A vigência da Lei 8.747, de 9 de dezembro de 1993, que trata com propriedade o assunto que se quer regular com este artigo, demonstrou a importância de se estabelecer um prazo de até sessenta dias para inadimplência, para não se consagrar o calote nas escolas como prática legal. Por outro lado, há necessidade de se assegurar às instituições de ensino o direito de emitirem títulos para a cobrança das mensalidades não pagas no seu devido tempo.

ASSINATURA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP00651

00000

13 / 10 / 94 MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651, DE 07 DE OUTUBRO DE 1 994

Deputado VICTOR FACCONI

1 - SUPLENIR 2 X - SUBSTITUTIVA 3 - MODIFICAR 4 - ADITIVA 9 - SUBSTITUTIVA GLOBA

01/01

69

Dá-se ao Art. 6º, da Medida Provisória nº 651, de 07 de outubro de 1 994, a seguinte redação:

Art. 6º - É vedada a limitação ou restrição do exercício das atividades escolares, por motivo de inadimplência do aluno, pelo prazo de sessenta dias, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, ficando assegurados estabelecimentos de ensino a emissão de títulos a que se refere o Art. 20 da Lei nº 5 474, de 18 de julho de 1 968.

JUSTIFICATIVA

Repor o artigo nos termos já decidida pelo Congresso Nacional, ao aprovar a Lei nº 8 747/93.

O Art. da Medida Provisória é deseducativo, incivil, porque dá o mesmo tratamento ao cumpridor de suas obrigações contratuais e ao inadimplente. Educa o ensino para o descumprimento das obrigações.

Witzel

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MF00651

00061

13 / 10 / 94	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651, DE 07 DE OUTUBRO DE 1 994
Deputado VICTOR FACCIONI	
1 <input type="checkbox"/> SUPLENÇÃO 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICAÇÃO 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA PARCIAL	
01/01	69

Dê-se ao Art. 6º da Medida Provisória nº 651, de 07 de outubro de 1 994, a seguinte redação:

Art. 9 - São proibidas a suspensão de provas escolares, a retenção de documentos escolares, inclusive os de transferência, por motivo de quaisquer penalidades pedagógicas ou administrativas, por motivo de inadimplência do aluno pelo prazo de sessenta dias, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, ficando assegurado aos estabelecimentos de ensino a emissão de títulos a que se refere o Art. 20 da Lei 5 474, de 18 de julho de 1 968.

JUSTIFICATIVA

A vigência da Lei 8 747, de 09 de dezembro de 1 993, que trate com prioridade o assunto que se quer regular com esse artigo, demonstrou a importância de se estabelecer um prazo de 60 dias para a inadimplência, para não se consagrar o calote às escolas como algo legal. Por outro lado, há necessidade de se assegurar às instituições de ensino o direito de emitirem títulos para a cobrança das mensalidades não pagas no seu devido tempo.

Sala das Comissões, em 13 de outubro de 1.994

Witold

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

11/0/94	PROPOSIÇÃO	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651, DE 07 DE OUTUBRO DE 1994
Deputado OSMÂNIO DEBETEA		
<input type="checkbox"/> Suspensa	<input type="checkbox"/> Substituída	<input type="checkbox"/> Emendada
<input type="checkbox"/> Arquivada	<input type="checkbox"/> Retirada	<input type="checkbox"/> Substituída

Dê-se ao Art. 6º da Medida Provisória nº 651, de 07 de outubro de 1994, a seguinte redação:

Art. 6º - São proibidas a suspensão de provas escolares, a retenção de documentos escolares, inclusive os de transferência, ou a aplicação de quaisquer penalidades pedagógicas ou administrativas, por motivo de inadimplência do aluno pelo prazo de sessenta dias, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, ficando assegurado aos estabelecimentos de ensino a emissão de títulos a que se refere o Art. 20 da Lei 5 474, de 18 de julho de 1968.

JUSTIFICATIVA

A vigência da Lei 8 747, de 09 de dezembro de 1993, que trata com prioridade o assunto que se quer regular com este artigo, demonstrou a importância de se estabelecer um prazo de até 60 dias para a inadimplência, para não se consagrar o calote às escolas como algo legal. Por outro lado, há necessidade de se assegurar às instituições de ensino o direito de emitirem títulos para a cobrança das mensalidades não pagas no seu devido tempo.

Sala das Comissões, em

Osmanio Debetea

11-000451

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00043

11/10/94

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651, DE 07 DE OUTUBRO DE 1994

Deputado OSMANTO PEREIRA

1

SUPLENTE

2

SUBSTITUTIVA

3

MODIFICATIVA

4

ADITIVA

5

SUBSTITUTIVO ALTERNATIVO

Dê-se ao Art. 6º, da Medida Provisória nº 651, de 07 de outubro de 1994, a seguinte redação:

Art. 6º - É vedada a limitação ou restrição do exercício das atividades escolares, por motivo de inadimplência do aluno, pelo prazo de sessenta dias, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, ficando assegurado aos estabelecimentos de ensino a emissão de títulos a que se refere o Art. 20 da Lei nº 5 474, de 18 de julho de 1968.

JUSTIFICATIVA

Repor o artigo nos termos já decididos pelo Congresso Nacional, ao aprovar a Lei nº 8 747/93.

O artigo da Medida Provisória é deseducativo, incivil, porque dá o mesmo tratamento ao cumpridor de suas obrigações contratuais e ao inadimplente. Educa e ensino para o descumprimento de obrigações.

Sala das Comissões, em

Osmano Pereira

MP00651

00064

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

11 / 10 / 94

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651, de 07 de outubro de 1994.

DEPUTADO OSNÂNIO PEREIRA

1 ☐ SUPRESSIVA 2 ☐ SUBSTITUTIVA 3 ☐ MODIFICATIVA 4 ☒ ADITIVA 9 ☐ SUBSTITUTIVO GLOBAL

01 de 01

69

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651/94

Emenda Aditiva

Art. 6º

Acrescentar, no início do artigo, a expressão

"durante 60 (sessenta) dias".

JUSTIFICAÇÃO

O acréscimo colocará o artigo de acordo com a redação dada ao art. 4º da Lei nº 8.170/91 pelo Congresso Nacional, no final de 1993.

A escola particular se mantém e presta os serviços com a receita que aufera com o recebimento das mensalidades. O art. 6º da M.P. nº 651/94, como redigido, deixará a escola sem meios para se manter e provocará generalizada inadimplência.

ASSINATURA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP00651

00065

13 / 10 / 94 MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651, DE 07-DE OUTUBRO DE 1 994

Deputado VICTOR FACCIONI

1 ☐ SUPLENÇÃO 2 ☐ SUBSTITUIÇÃO 3 ☐ MODIFICAÇÃO 4 ☒ ADITIÃO 5 ☐ SUBSTITUIÇÃO GLOBAL

01/01

69

Acrescenta-se ao final do Art. 6º da Medida Provisória nº 651 de 07 de outubro de 1 994, a seguinte expressão:

"Art. 6º ..., podendo o estabelecimento de ensino emitir contra o devedor, duplicata de serviços.."

JUSTIFICATIVA

O artigo é deseducativo e incivil, porque ensina a estimular a inadimplência, sem que nada possa ser feito contra o devedor, que terá o mesmo tratamento dado ao contratante cumpridor de suas obrigações.

A emenda repõe o artigo em redação que lhe deu o Congresso Nacional ao votar a Lei 8 747/93.

Sala das Comissões, em 13 de outubro de 1.994

Witold

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MF00651

00066

13 / 10 / 94	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651/94
DEP. JOSÉ TELES	177
1 <input type="checkbox"/> ADICIONA 2 <input type="checkbox"/> SUPRIME 3 <input type="checkbox"/> MODIFICA 4 <input checked="" type="checkbox"/> EMENDA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUIÇÃO DE TEXTO	
ART. 6º	

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651/94

Emenda Aditiva

Art. 6º

Acrescentar, no início do artigo, a expressão

"durante 60 (sessenta) dias".

JUSTIFICAÇÃO

O acréscimo colocará o artigo de acordo com a redação dada ao art. 4º da Lei nº 8.170/91 pelo Congresso Nacional, no final de 1993.

A escola particular se mantém e presta os serviços com a receita que aufera com o recebimento das mensalidades. O art. 6º da M.P. nº 651/94, como redigido, deixará a escola sem meios para se manter e provocará generalizada inadimplência.

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP66651

00067

13 / 10 / 94

MEDIDA PROVISÓRIA 651/94

DEP. CLEONÂNIO FONSECA

175

☐ Artigo 2º ☐ Artigo 3º ☒ Artigo 4º ☐ Artigo 5º ☐ Substitutivo 1º

ART. 6º

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651/94

Emenda Aditiva

Art. 6º

Acrescentar, no início do artigo, a expressão

"durante 60 (sessenta) dias".

JUSTIFICAÇÃO

O acréscimo colocará o artigo de acordo com a redação dada ao art. 4º da Lei nº 8.170/91 pelo Congresso Nacional, no final de 1993.

A escola particular se mantém e presta os serviços com a receita que aufera com o recebimento das mensalidades. O art. 6º da M.P. nº 651/94, como redigido, deixará a escola sem meios para se manter e provocará generalizada inatendimento.

Manoel F. de Sá

MF00651

00069

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

13/10 A4	M.P. 651/94
MARCOS LIMA	
1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GERAL	
6º	

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651/94

Emenda Aditiva

Art. 6º

Acrrescentar, no início do artigo, a expressão

"durante 60 (sessenta) dias".

JUSTIFICAÇÃO

O acréscimo colocará o artigo de acordo com a redação dada ao art. 4º da Lei nº 8.170/91 pelo Congresso Nacional, no final de 1993.

A escola particular se mantém e presta os serviços com a receita que aufera com o recebimento das mensalidades. O art. 6º da M.P. nº 651/94, como redigido, deixará a escola sem meios para se manter e provocará generalizada inadimplência.

Marcos Lima

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP00651

00070

11 / 10 / 94

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651, de 07 de outubro de 1994.

DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA

1 ☒ SUPRESSIVA 2 ☐ SUBSTITUTIVA 3 ☐ MODIFICATIVA 4 ☐ ADITIVA 9 ☐ SUBSTITUTIVO GERAL

01 de 01

7º

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651, de 7/10/94

Emenda Supressiva

Art. 7º

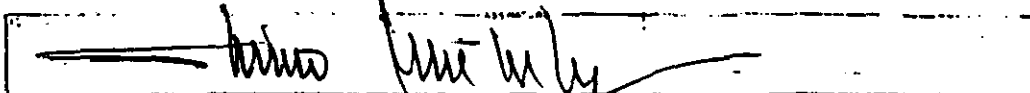
Suprimir no Art. 7º, a expressão

"nem condenação do autor, salvo comprovada má-fé, nas verbas decorrentes do ônus da sucumbência".

J U S T I F I C A Ç Ã O

O Supremo Tribunal Federal, na Ação de Inconstitucionalidade nº 1129-4/DF, considerou inconstitucional o dispositivo.

De fato, ele dispensa o pagamento de custas e honorários, mesmo o perdedor da ação, afrontando o princípio da igualdade de pessoas perante a lei. Estimula a qualquer aluno, pai ou entidade, aventureiramente, a ingressar em juízo, sobrecarregando ainda mais o Judiciário.



MF00651

00071

DATA 11/10/94	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651, DE 07 DE OUTUBRO DE 1994			
AUTOR Deputado ROBERTO JEFFERSON	Nº FORTUÁRIO			
<input checked="" type="checkbox"/> - SUPRESSIVA	<input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA	<input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA	<input type="checkbox"/> - ADITIVA	<input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL
PÁGINA 01	ARTIGO 79	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
T E R C E I R O				
<p>Suprima-se o artigo 79 da Medida Provisória nº 651, de 07 de outubro de 1994:</p> <p>JUSTIFICATIVA: O citado artigo afronta a Constituição da República, criando desigualdade entre as partes. Releva destacar que o Supremo Tribunal Federal já decidiu pela inconstitucionalidade do dispositivo, em recente julgamento.</p>				
ASSINATURA				

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP00051

00072

13/10/94	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA 651/94
DEPUTADO VÍCTOR FACCIONI	Nº PROTOCOLO 1579-9
1 <input checked="" type="checkbox"/> SUPRESSÃO 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUIÇÃO 3 <input type="checkbox"/> MODIFICAÇÃO 4 <input type="checkbox"/> ADITIVO 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GERAL	
01/01	79

~ Suprimir, no art. 78, a expressão:

"nem condenação do autor, salvo comprovada má-fé,
nas verbas decorrentes do ônus da sucumbência."

JUSTIFICAÇÃO

O Supremo Tribunal Federal, na Ação de Inconstitucionalidade nº 1129-4/DF, considerou inconstitucional o dispositivo.

De fato, ele dispensa o pagamento de custas e honorários, mesmo perdador da ação, afrontando o princípio da igualdade de pessoas perante a lei. Estimula a qualquer aluno, pai ou entidade, aventureiramente, a ingressar em juízo, sobrecarregando ainda mais o Judiciário.

Victor Faccioni

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP00651

00073

13/10/94

MEDIDA PROVISÓRIA 651/94

DEPUTADO VICTOR FACCIONI

1579-9

01/01

72

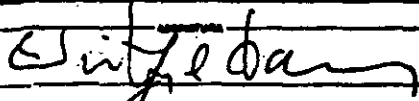
- Suprime-se o art. 72, da Medida Provisória 651, de 07 de outubro de 1.994

JUSTIFICATIVA

Trata-se de matéria processual civil, inaceitável numa norma que trata de preços de anuidades escolares.

Além do mais, cria privilégios, dispensando de custas e honorários o perdedor, o que contraria o princípio de tratamento igual, previsto na Constituição Federal.

Incentiva o ajuizamento de ações pelo simples prazer de litigar, sobrecarregando ainda mais o Judiciário.



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MF00651

00074

13 / 10 / 94	MEDIDA PROVISÓRIA 651/94
DEP. CLEONÂNIO FONSECA	175
1 <input checked="" type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7 <input type="checkbox"/> 8 <input type="checkbox"/> 9 <input type="checkbox"/>	
art. 7º	

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651, de 7/10/94

Emenda Supressiva

Art. 7º

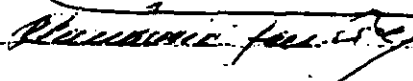
Suprimir no Art. 7º, a expressão

"nem condenação do autor, salvo comprovada má-fé, nas verbas decorrentes do ônus da sucumbência".

JUSTIFICAÇÃO

O Supremo Tribunal Federal, na Ação de Inconstitucionalidade nº 1129-4/DF, considerou inconstitucional o dispositivo.

De fato, ele dispensa o pagamento de custas e honorários, mesmo perdedor da ação, afrontando o princípio da igualdade de pessoas perante a lei. Estimula a qualquer aluno, pai ou entidade, aventuradamente, a ingressar em juízo, sobrecarregando ainda mais o Judiciário.



MP00651

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00075

13 / 10 / 94	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651/94
DEP. JOSÉ TELES	177
1 <input checked="" type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> ADITIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	
ART. 7º	

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651, de 7/10/94

Emenda Supressiva

Art. 7º

Suprimir no Art. 7º, a expressão

"nem condenação do autor, salvo comprovada má-fé, nas verbas decorrentes do ônus da sucumbência".

JUSTIFICAÇÃO

O Supremo Tribunal Federal, na Ação de Inconstitucionalidade nº 1129-4/DF, considerou inconstitucional o dispositivo.

De fato, ele dispensa o pagamento de custas e honorários, mesmo perdedor da ação, afrontando o princípio da igualdade de pessoas perante a lei. Estimula a qualquer aluno, pai ou entidade, aventureiramente, a ingressar em juízo, sobrecarregando ainda mais o Judiciário.

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP00651

00076

13/10/94

M.P. 651/94

MARCOS LIMA

1 ☒

SUPRESSIVA

2 ☐

TITUTIVA

3 ☐

MODIFICATIVA

4 ☐

ADITIVA

5 ☐

SUBSTITUTIVA

79

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651, de 7/10/94

Emenda Supressiva

Art. 7º

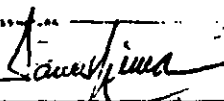
Suprimir no Art. 7º, a expressão

"nem condenação do autor, salvo comprovada má-fé, nas verbas decorrentes do ônus da sucumbência".

JUSTIFICAÇÃO

O Supremo Tribunal Federal, na Ação de Inconstitucionalidade nº 1129-4/DF, considerou inconstitucional o dispositivo.

De fato, ele dispensa o pagamento de custas e honorários, mesmo o perdedor da ação, afrontando o princípio da igualdade de pessoas perante a lei. Estimula a qualquer aluno, pai ou entidade, aventureiramente, a ingressar em juízo, sobrecarregando ainda mais o Judiciário.



MP00651

00077

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

11 / 0 / 94	MENTA PROVISÓRIA Nº 651, DE 07 DE OUTUBRO DE 1 994
Dep. ADO OSMÊNIO PEREIRA	Nº PROVISÓRIA
1 <input type="checkbox"/> INDEFERIDA 2 <input type="checkbox"/> INDEFERIDA 3 <input type="checkbox"/> INDEFERIDA 4 <input type="checkbox"/> INDEFERIDA 5 <input type="checkbox"/> INDEFERIDA	6 <input type="checkbox"/> INDEFERIDA 7 <input type="checkbox"/> INDEFERIDA 8 <input type="checkbox"/> INDEFERIDA 9 <input type="checkbox"/> INDEFERIDA 10 <input type="checkbox"/> INDEFERIDA
11 <input type="checkbox"/> INDEFERIDA 12 <input type="checkbox"/> INDEFERIDA 13 <input type="checkbox"/> INDEFERIDA 14 <input type="checkbox"/> INDEFERIDA 15 <input type="checkbox"/> INDEFERIDA	16 <input type="checkbox"/> INDEFERIDA 17 <input type="checkbox"/> INDEFERIDA 18 <input type="checkbox"/> INDEFERIDA 19 <input type="checkbox"/> INDEFERIDA 20 <input type="checkbox"/> INDEFERIDA

Suprime-se o Art. 7, da Medida Provisória nº 651, de 07 de outubro de 1994.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de matéria processual civil, incabível numa norma que trata de preços de anuidades escolares.

Além do mais, cria privilégios, dispensando de custas e honorários o perdedor, o que contraria o princípio do tratamento igual, previsto na Constituição Federal.

Incentiva o ajuizamento de ações pelo simples prazer de litigar, sobrecarregando ainda mais o Judiciário.

Sala das Comissões, em

Osório *Per. L. L.*

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP00651

00078

DATA 13/ 10/ 94	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA 651/94			
AUTOR DEPUTADO VICTOR FACCIONI	Nº REGISTRO 1579-9			
TIP 1 <input checked="" type="checkbox"/> - SUPRESSÃO 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICADO 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVO 5 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO PARCIAL				
NÚMERO 01/01	ARTIGO 89	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

- Suprime-se o art. 89 da Medida Provisória 651, de 07 de outubro de 1994.

JUSTIFICATIVA

O artigo 89 modifica o Código de Defesa do Consumidor, lei complementar, que não pode ser alterada por uma lei ordinária.

Além do mais, cuida de matéria estranha e prego de envidades seculares.

Victor Faccioni

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS		HP 00651
		00079
11/10/94	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651, DE 07 DE OUTUBRO DE 1.994	
Deputado OSMÂNIO PEREIRA		
1 <input type="checkbox"/> ADICIONAR 2 <input type="checkbox"/> SUPRIMIR 3 <input type="checkbox"/> REFORMULAR 4 <input type="checkbox"/> TRANSFERIR 5 <input type="checkbox"/> OUTRO		
ARTIGO		
TEXTO		
<p>Suprima-se o Art. 8 da Medida Provisória nº 651, de 07 de outubro de 1994,</p>		
<p>JUSTIFICATIVA</p>		
<p>O artigo modifica o Código de Defesa do Consumidor, lei complementar, que não pode ser alterada por uma lei ordinária. Além do mais, cuida de matéria estranha a preços de anuidades escolares.</p>		
<p>Sala das Comissões, em</p>		
<p><i>Osmano Pereira</i></p>		

MP00651

00080

DATA 11/10/94	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651, DE 07 DE OUTUBRO DE 1994
AUTOR Deputado ROBERTO JEFFERSON	Nº FICIONÁRIO

<input checked="" type="checkbox"/> - SUPRESSIVA	<input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA	<input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA	<input type="checkbox"/> - ADITIVA	<input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL
--	---	---	------------------------------------	--

01 - PARÁGRAFO	02 - ARTIGO	03 - PARÁGRAFO	04 - INCISO	05 - ALÍNEA
----------------	-------------	----------------	-------------	-------------

TEXTO

Suprima-se o Art. 9º da Medida Provisória nº 651, de 07 de outubro de 1994.

JUSTIFICATIVA: O Supremo Tribunal Federal ao julgar a Medida Provisória nº 612 declarou a inconstitucionalidade de diversos artigos, especialmente aqueles que regulavam a conversão, não se justificando a convalidação dos atos.

ASSINATURA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MF 00651

00081

DATA 13/10/94	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651/94	
AUTOR DEPUTADO VICTOR FACCIONI		Nº PROPOSTURA 1579-9
1 <input type="checkbox"/> SUPLENÇA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTAS 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATAS 4 <input type="checkbox"/> ADITIVAS 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GERAL		
Nº ORDEM 01/01	ARTIGO 10	PARÁGRAFO Nº 1

- Acrescente-se ao final do art. 10 da Medida Provisória 651, de 07 de outubro de 1.994.

Art. 10 -, regendo-se a fixação e reajustamento das parcelas das anuidades escolares pelo disposto no art. 1º da Lei nº 8.170, de 17 de janeiro de 1.991, e no contrato firmado no ato de matrícula."

JUSTIFICATIVA

O artigo se choca com o disposto no art. 4º da própria Medida Provisória, de vez que mantém em vigor o art. da Lei nº 8170/91

Como consequência da revogação do art. 2º da Lei 8170/91 o reajustamento do valor das parcelas da anuidade escolar fica livre.

Victor Faccioni

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

51100051

00002

11/10/94	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651 DE 07 DE OUTUBRO DE 1994	
Deputado	OSMÊNIO PERRERA	
1	2	3
4	5	6
7	8	9
10	11	12
13	14	15
16	17	18
19	20	21
22	23	24
25	26	27
28	29	30
31	32	33
34	35	36
37	38	39
40	41	42
43	44	45
46	47	48
49	50	51
52	53	54
55	56	57
58	59	60
61	62	63
64	65	66
67	68	69
70	71	72
73	74	75
76	77	78
79	80	81
82	83	84
85	86	87
88	89	90
91	92	93
94	95	96
97	98	99
100	101	102
103	104	105
106	107	108
109	110	111
112	113	114
115	116	117
118	119	120
121	122	123
124	125	126
127	128	129
130	131	132
133	134	135
136	137	138
139	140	141
142	143	144
145	146	147
148	149	150
151	152	153
154	155	156
157	158	159
160	161	162
163	164	165
166	167	168
169	170	171
172	173	174
175	176	177
178	179	180
181	182	183
184	185	186
187	188	189
190	191	192
193	194	195
196	197	198
199	200	201
202	203	204
205	206	207
208	209	210
211	212	213
214	215	216
217	218	219
220	221	222
223	224	225
226	227	228
229	230	231
232	233	234
235	236	237
238	239	240
241	242	243
244	245	246
247	248	249
250	251	252
253	254	255
256	257	258
259	260	261
262	263	264
265	266	267
268	269	270
271	272	273
274	275	276
277	278	279
280	281	282
283	284	285
286	287	288
289	290	291
292	293	294
295	296	297
298	299	300
301	302	303
304	305	306
307	308	309
310	311	312
313	314	315
316	317	318
319	320	321
322	323	324
325	326	327
328	329	330
331	332	333
334	335	336
337	338	339
340	341	342
343	344	345
346	347	348
349	350	351
352	353	354
355	356	357
358	359	360
361	362	363
364	365	366
367	368	369
370	371	372
373	374	375
376	377	378
379	380	381
382	383	384
385	386	387
388	389	390
391	392	393
394	395	396
397	398	399
400	401	402
403	404	405
406	407	408
409	410	411
412	413	414
415	416	417
418	419	420
421	422	423
424	425	426
427	428	429
430	431	432
433	434	435
436	437	438
439	440	441
442	443	444
445	446	447
448	449	450
451	452	453
454	455	456
457	458	459
460	461	462
463	464	465
466	467	468
469	470	471
472	473	474
475	476	477
478	479	480
481	482	483
484	485	486
487	488	489
490	491	492
493	494	495
496	497	498
499	500	501
502	503	504
505	506	507
508	509	510
511	512	513
514	515	516
517	518	519
520	521	522
523	524	525
526	527	528
529	530	531
532	533	534
535	536	537
538	539	540
541	542	543
544	545	546
547	548	549
550	551	552
553	554	555
556	557	558
559	560	561
562	563	564
565	566	567
568	569	570
571	572	573
574	575	576
577	578	579
580	581	582
583	584	585
586	587	588
589	590	591
592	593	594
595	596	597
598	599	600
601	602	603
604	605	606
607	608	609
610	611	612
613	614	615
616	617	618
619	620	621
622	623	624
625	626	627
628	629	630
631	632	633
634	635	636
637	638	639
640	641	642
643	644	645
646	647	648
649	650	651
652	653	654
655	656	657
658	659	660
661	662	663
664	665	666
667	668	669
670	671	672
673	674	675
676	677	678
679	680	681
682	683	684
685	686	687
688	689	690
691	692	693
694	695	696
697	698	699
700	701	702
703	704	705
706	707	708
709	710	711
712	713	714
715	716	717
718	719	720
721	722	723
724	725	726
727	728	729
730	731	732
733	734	735
736	737	738
739	740	741
742	743	744
745	746	747
748	749	750
751	752	753
754	755	756
757	758	759
760	761	762
763	764	765
766	767	768
769	770	771
772	773	774
775	776	777
778	779	780
781	782	783
784	785	786
787	788	789
790	791	792
793	794	795
796	797	798
799	800	801
802	803	804
805	806	807
808	809	810
811	812	813
814	815	816
817	818	819
820	821	822
823	824	825
826	827	828
829	830	831
832	833	834
835	836	837
838	839	840
841	842	843
844	845	846
847	848	849
850	851	852
853	854	855
856	857	858
859	860	861
862	863	864
865	866	867
868	869	870
871	872	873
874	875	876
877	878	879
880	881	882
883	884	885
886	887	888
889	890	891
892	893	894
895	896	897
898	899	900
901	902	903
904	905	906
907	908	909
910	911	912
913	914	915
916	917	918
919	920	921
922	923	924
925	926	927
928	929	930
931	932	933
934	935	936
937	938	939
940	941	942
943	944	945
946	947	948
949	950	951
952	953	954
955	956	957
958	959	960
961	962	963
964	965	966
967	968	969
970	971	972
973	974	975
976	977	978
979	980	981
982	983	984
985	986	987
988	989	990
991	992	993
994	995	996
997	998	999
1000	1001	1002
1003	1004	1005
1006	1007	1008
1009	1010	1011
1012	1013	1014
1015	1016	1017
1018	1019	1020
1021	1022	1023
1024	1025	1026
1027	1028	1029
1030	1031	1032
1033	1034	1035
1036	1037	1038
1039	1040	1041
1042	1043	1044
1045	1046	1047
1048	1049	1050
1051	1052	1053
1054	1055	1056
1057	1058	1059
1060	1061	1062

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 00651

00083

11 / 10 / 94

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651, de 07 de outubro de 1994.

DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA

1 ☐

SUPRESSÃO

2 ☒

SUBSTITUTIVA

3 ☐

MODIFICAÇÃO

4 ☐

ADITIVO

5 ☐

SUBSTITUTIVO GERAL

6 ☐

SUBSTITUTIVO PARCIAL

7 ☐

SUBSTITUTIVO GERAL

01 de 01

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651, de 7/10/94

EMENDA SUBSTITUTIVA

Art. 11

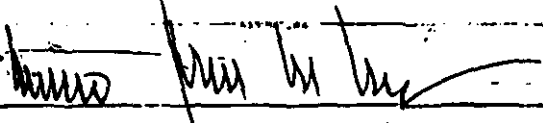
Substituir o art. 11 pelo seguinte:

"Na fixação e reajuste das mensalidades, as escolas não podem aplicar, para correção do valor, índice ou percentual superior ao da inflação oficialmente reconhecida no período decorrido desde a última fixação ou reajustamento de preço".

JUSTIFICAÇÃO

O art. 11 revoga os arts. 1º e 2º da Lei nº 8.170/91, deixando inteiramente livre a fixação e reajustamento dos valores das mensalidades, em atividade de interesse social. Isto permitirá às escolas fixar preços abusivos, fora da compatibilização de evolução dos preços com os custos.

O índice oficial de inflação é público, conhecido de todos, facilitando o controle e fiscalização dos preços por qualquer um.



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP00001

00004

13/10/94	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA 651/94
DEPUTADO VICTOR FACCIONI	1579-9
1 - ALTERNATIVA 2 - SUBSTITUTIVA 3 - MODIFICATIVA 4 - ADITIVA 5 - SUBSTITUTIVA GLOBAL	
01/01	11

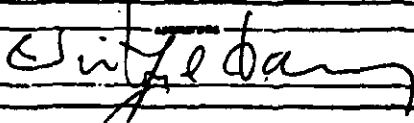
Substituir o art. 11 pelo seguinte:

Art. 11 - Na fixação e reajuste das mensalidades, as escolas não podem aplicar, para correção do valor, índice ou percentual superior ao da inflação oficialmente reconhecida no período decorrido desde a última fixação ou reajustamento de preço."

JUSTIFICAÇÃO

O art. 11 revoga os artigos 1º e 2º da Lei nº 8170/91, deixando inteiramente livres a fixação e reajustamento dos valores das mensalidades, em atividade de interesse social. Isto permitirá às escolas fixar preços abusivos, fora da compatibilização de evolução dos preços com os custos.

O índice oficial de inflação é público, conhecido de todos, facilitando o controle e fiscalização dos preços de qualquer um.2



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MF00651

00085

13/10/94

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651/94

DEP. JOSÉ TELES

177

1

SUPLENTE

2

SUBSTITUTIVA

3

MODIFICATIVA

4

ADITIVA

5

SUBSTITUTIVA

6

SUBSTITUTIVA

ART. 112

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651, de 7/10/94EMENDA SUBSTITUTIVAArt. 11

Substituir o art. 11 pelo seguinte:

"Na fixação e reajuste das mensalidades, as escolas não podem aplicar, para correção do valor, índice ou percentual superior ao da inflação oficialmente reconhecida no período decorrido desde a última fixação ou reajustamento de preço".

JUSTIFICAÇÃO

O art. 11 revoga os arts. 1º e 2º da Lei nº 8.170/91, deixando inteiramente livres a fixação e reajustamento dos valores das mensalidades, em atividade de interesse social. Isto permitirá às escolas fixar preços abusivos, fora da compatibilização de evolução dos preços com os custos.

O índice oficial de inflação é público, conhecido de todos, facilitando o controle e fiscalização dos preços por qualquer um.

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 651

00086

13/10/94	MEDIDA PROVISÓRIA 651/94								
REP. CLEONÂNIO FONSECA	175								
<input checked="" type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 6	<input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> 8	<input type="checkbox"/> 9	<input type="checkbox"/> 10
ART. 119									

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651, de 7/10/94

EMENDA SUBSTITUTIVA

Art. 11

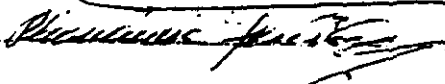
Substituir o art. 11 pelo seguinte:

"NA fixação e reajuste das mensalidades, as escolas não podem aplicar, para correção do valor, índice ou percentual superior ao da inflação oficialmente reconhecida no período decorrido desde a última fixação ou reajustamento de preço".

JUSTIFICAÇÃO

O Art. 11 revoga os arts. 1º e 2º da Lei nº 8.170/91, deixando inteiramente livres a fixação e reajustamento dos valores das mensalidades, em atividade de interesse social. Isto permitirá às escolas fixar preços abusivos, fora da compatibilização de evolução dos preços com os custos.

O índice oficial de inflação é público, conhecido de todos, facilitando o controle e fiscalização dos preços por qualquer um.



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 651

00087

13 / 10 / 94

M.P. 651/94

MARCOS LIMA

1 ☐

SUPRESSÃO

2 ☐

SUBSTITUTIVA

3 ☒

MODIFICATIVA

4 ☐

ADITIVA

5 ☐

SUBSTITUTIVO GERAL

119

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651, de 7/10/94

EMENDA SUBSTITUTIVA

Art. 11

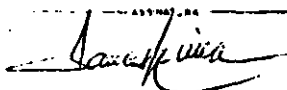
Substituir o art. 11 pelo seguinte:

"Na fixação e reajuste das mensalidades, as escolas não podem aplicar, para correção do valor, índice ou percentual superior ao da inflação oficialmente reconhecida no período decorrido desde a última fixação ou reajustamento de preço".

JUSTIFICAÇÃO

O art. 11 revoga os arts. 1º e 2º da Lei nº 8.170/91, deixando inteiramente livre a fixação e reajustamento dos valores das mensalidades, em atividade de interesse social. Isto permitirá às escolas fixar preços abusivos, fora da compatibilização de evolução dos preços com os custos.

O índice oficial de inflação é público, conhecido de todos, facilitando o controle e fiscalização dos preços por qualquer um.



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 02651

00088

11/10/94

MECIDA PROVISÓRIA Nº 651, de 07 de outubro de 1994

Deputado OSMANTO DE FIRA

Acrescente-se onde couber, na Medida Provisória nº 651, de 07 de outubro de 1994, o seguinte artigo:

Art. -A fixação e reajustamento das parcelas da anuidade escolar obedecerão ao disposto no Art. 1º da Lei nº 8.170, de 17 de janeiro de 1991 e no contrato firmado no ato de matrícula.

JUSTIFICATIVA

A Medida Provisória deixa livre e sem disciplinar, o reajustamento fínim da anuidade escolar o suas parcelas.

Assinado por Osmano de Fira

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 651/94

00089

MEDIDA PROVISÓRIA
MP 651/94

DEPUTADO VICTOR FACCIONI

CÓDIGO
1579-9DATA
13 / 10 / 94ARTIGO PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA
acréscimoPÁGINA
01/01

TEXTO

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória 651, de 07 de outubro de 1.994:

"Art. - A fixação e reajustamento das parcelas da anuidade escolar obedecerão ao disposto no art. 10 da Lei 8.170, de 17 de janeiro de 1.991 e no contrato firmado no ato da matrícula."

JUSTIFICATIVA

A Medida Provisória deixa livre e sem disciplinar, o reajustamento futuro da anuidade escolar e suas parcelas.

PARA ASSESSOR
Vitor Faccioni
APROVADO

MP00651

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00090

11/10/94

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651, de 07 de outubro de 1994

Deputado OSMARIO PEREIRA

1

Substitui

2

Substitui

3

Modifica

4

Aditiva

5

Substitui

6

Substitui

Dê-se à Medida Provisória nº 651, de 07 de outubro de 1994, a seguinte redação substitutiva:

Art. 1º - O valor das mensalidades cobrado pela prestação de serviços educacionais por instituições particulares de ensino pré-escolar, fundamental, médio, superior em regime anual, semestral ou de crédito, será convertido em Unidade Real de Valor (URV), pelo mesmo critério determinado pela Lei nº 8 880, de 27 de maio de 1994, para a conversão dos salários, observada a data de vencimento da obrigação.

Parágrafo único - Consideram-se como valores convertidos os que foram acordados entre os estabelecimentos de ensino, pais, alunos ou responsáveis, para pagamento inicial referente à matrícula de 1994, decorrente da aplicação do disposto no Art. 20, da referida Lei.

Art. 2º - Na hipótese de os valores adotados para a conversão não terem sido fixados de acordo com o disposto nos artigos 1º e 2º da presente lei, os valores efetivamente devidos serão objeto de negociação entre alunos, pais ou responsáveis e os estabelecimentos particulares de ensino, ou de arbitramento judicial, que deverá ser apreciado em rito sumariíssimo.

s 1º - Ao receber a inicial, o juiz arbitrar, liminarmente, o valor da mensalidade devida, em URV, tendo por base os valores decorrentes da aplicação da Lei 8 170/91.

s 2º - São legitimados para a negociação e a propositura da ação prevista neste artigo o aluno, pai ou responsável e associação de pais, na forma do artigo 1º, parágrafos 1º, 2º e 3º, da Lei nº 8 170/91.

s 3º - Verificado ter havido aumento superior ao previsto nos artigos 1º e 2º da Lei nº 8 170/91, a diferença deverá ser convertida em URV na data do efetivo pagamento e descontada em até três parcelas sucessivas.

s 4º - Os valores convertidos na forma dos artigos anteriores não sofrerão reajuste pelo prazo correspondente ao período letivo, ressalvada a ocorrência da Lei, acordo coletivo de trabalho, convenção coletiva de trabalho, normativo de dissídio de categoria, predominante na instituição de ensino, quando fica assegurado o repasse à mensalidade de até 70% (setenta por cento) do índice de reajuste concedido à referida categoria.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogados os dispositivos contrários, constantes das leis nºs 8 170, de 17 de janeiro de 1991, e nº 8 869, de 15 de abril de 1994.

JUSTIFICATIVA

Analisando a decisão do Supremo Tribunal Federal, sobre as Medidas Provisórias 524, de 07 de junho de 1994, 575, de 09 de agosto de 1994 e 612, de 09 de setembro de 1994, agora reeditada e auscultando representantes de todas as partes diretamente envolvidas e interessadas em uma solução consensual, vi-me na obrigação de apresentar este substitutivo que, além de aperfeiçoar a redação, enxuga o texto, eliminando dispositivos já regulamentados adequadamente na legislação vigente, como é o caso da inadimplência.

Sala das Comissões, em

Marcos Aurélio

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS		MF00651
		00091
14	09/94	1ª MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651, de 07 de outubro de 1994
Deputado OSMÂNIO PEREIRA		
1	2	3
4	5	6
7	8	9

Dê-se ao parágrafo único do Art. 2º, da Medida Provisória nº 651, de 07 de outubro de 1994, a seguinte redação:

Parágrafo único - Os estabelecimentos de ensino, contratados, e os fornecedores locais, contratantes, permanecerão utilizando os valores já acordados, salvo modificação por mútuo consentimento ou decisão judicial.

JUSTIFICATIVA

A iniciativa do Estado deve servir apenas para inibir os eventuais abusos, não devendo, entretanto, intervir diretamente na relação de custo benefício que envolve a questão, vez que tal ato deve ser respeitado pela autonomia das partes em livremente realizarem seus contratos, observando que os valores já praticados em URV e Real, anteriores à presente Medida Provisória, foram objeto de livre acordo entre as partes, somente se justificando sua modificação por mútuo consentimento ou por decisão judicial.

[Assinatura]

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP00651

00092

11/10/94

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651, DE 07 DE OUTUBRO DE 1994

Deputado OSMÂNIO PEREIRA

<input type="checkbox"/> 1 - Supressão	<input type="checkbox"/> 2 - Substituição	<input type="checkbox"/> 3 - Modificação	<input type="checkbox"/> 4 - Adição	<input type="checkbox"/> 5 - Supressão de texto
--	---	--	-------------------------------------	---

Acrescenta-se ao final do Art. 6º da Medida Provisória nº 651, de 07 de outubro de 1994, a seguinte expressão:

"Art. 6º ..., podendo o estabelecimento de ensino emitir contra o devedor, duplicata de serviços."

JUSTIFICATIVA

O artigo é deseducativo e incivil, porque ensina e estimula a inadimplência, sem que nada possa ser feito contra o devedor, que terá o mesmo tratamento dado ao contratante cumpridor de suas obrigações.

A emenda repõe o artigo na redação que lhe deu o Congresso Nacional ao votar a Lei nº 8 747/93.

Sala das Comissões, em

[Assinatura]

MP00651

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00093

11/10/94	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 651, DE 07 DE OUTUBRO DE 1994				
1. <u>Adulteração numérica</u>					
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 6
1. <u>Adulteração numérica</u>					

De acordo com a Art. 12 da Medida Provisória nº 651, de 07 de outubro de 1994.

JUSTIFICATIVA

As mensalidades escolares são definidas levando-se em conta os encargos educacionais e custos gerais dos projetos pedagógicos planejados para o ano ou semestre letivo, não podendo portanto, congelar-se os valores de um ano letivo para o próximo, sob pena de se colocar em risco a qualidade do ensino e o projeto pedagógico da escola.

Sala das Comissões, em

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1, DE 1994

Aprova o texto da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, adotada em Nova Iorque, em 9 de maio de 1992.

Retificação

Na publicação do Decreto Legislativo nº 1/94, publicado no rosto do DCN (Seção II), de 8-2-94, imediatamente após o ARTIGO 7 Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas Sobre Mudança do Clima, inclua-se por omissão o seguinte:

ARTIGO 8**Secretariado**

1. Fica estabelecido um Secretariado.
2. As funções do Secretariado são:
 - a) Organizar as sessões da Conferência das Partes e dos órgãos subsidiários estabelecidos por esta Convenção, e prestar-lhes os serviços necessários;
 - b) Reunir e transmitir os relatórios a ele apresentados;
 - c) Prestar assistência às Partes, em particular às Partes países em desenvolvimento, mediante solicitação, na compilação e transmissão de informações necessárias em conformidade com as disposições desta Convenção;
 - d) Elaborar relatórios sobre suas atividades e apresentá-los à Conferência das Partes;
 - e) Garantir a necessária coordenação com os secretariados de outros organismos internacionais pertinentes;
 - f) Estabelecer, sob a orientação geral da Conferência das Partes, mecanismos administrativos e contratuais necessários ao desempenho eficaz de suas funções; e
 - g) Desempenhar as demais funções de secretariado definidas nesta Convenção e em quaisquer de seus protocolos e todas as demais funções definidas pela Conferência das Partes.
3. Em sua primeira sessão, a Conferência das Partes deve designar um Secretariado permanente e tomar as providências para seu funcionamento.

ARTIGO 9**Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico**

1. Fica estabelecido um órgão subsidiário de assessoramento científico e tecnológico para prestar, em tempo oportuno, à Conferência das Partes e, conforme o caso, a seus órgãos subsidiários, informações e assessoramento sobre assuntos científicos e tecnológicos relativos a esta Convenção. Esse órgão deve estar aberto à participação de todas as Partes e deve ser multidisciplinar. Deve ser composto por representantes governamentais com competência nos campos de especialização pertinentes. Deve apresentar relatórios regularmente à Conferência das Partes sobre todos os aspectos de seu trabalho.
2. Sob a orientação da Conferência das Partes e recorrendo a organismos internacionais competentes existentes, este órgão deve:
 - a) Apresentar avaliações do estado do conhecimento científico relativo à mudança do clima e a seus efeitos;
 - b) Preparar avaliações científicas dos efeitos de medidas adotadas na implementação desta Convenção;
 - c) Identificar tecnologias e conhecimentos técnicos inovadores, eficientes e mais avançados, bem como prestar assessoramento sobre as formas e meios de promover o desenvolvimento e/ou a transferência dessas tecnologias;
 - d) Prestar assessoramento sobre programas científicos e cooperação internacional em pesquisa e desenvolvimento, relati-

vos à mudança do clima, bem como sobre formas e meios de apoiar a capacitação endógena em países em desenvolvimento; e

e) Responder a questões científicas, tecnológicas e metodológicas que lhe formulem a Conferência das Partes e seus órgãos subsidiários.

3. As funções e o mandato deste órgão podem ser posteriormente melhor definidos pela Conferência das Partes.

ARTIGO 10**Órgão Subsidiário de Implementação**

1. Fica estabelecido um órgão subsidiário de implementação para auxiliar a Conferência das Partes na avaliação e exame do cumprimento efetivo desta Convenção. Esse órgão deve estar aberto à participação de todas as Partes, e deve ser composto por representantes governamentais especializados em questões relativas à mudança do clima. Deve apresentar regularmente relatórios à Conferência das Partes sobre todos os aspectos de seu trabalho.

2. Sob a orientação da Conferência das Partes, esse órgão deve:

a) Examinar as informações transmitidas em conformidade com o Artigo 12, parágrafo 1, no sentido de avaliar o efeito agregado geral das medidas tomadas pelas Partes à luz das avaliações científicas mais recentes sobre a mudança do clima;

b) Examinar as informações transmitidas em conformidade com o Art. 12, parágrafo 2, no sentido de auxiliar a Conferência das Partes a realizar os exames requeridos no Art. 4, parágrafo 2, alínea d; e

c) Auxiliar a Conferência das Partes, conforme o caso, na preparação e implementação de suas decisões.

ARTIGO 11**Mecanismo Financeiro**

1. Fica definido um mecanismo para a provisão de recursos financeiros a título de doação ou em base concessional, inclusive para fins de transferência de tecnologia. Esse mecanismo deve funcionar sob a orientação da Conferência das Partes e prestar contas à mesma, a qual deve decidir sobre suas políticas, prioridades programáticas e critérios de aceitabilidade relativos a esta Convenção. Seu funcionamento deve ser confiado a uma ou mais entidades internacionais existentes.

2. O mecanismo financeiro deve ter uma representação equitativa e equilibrada de todas as Partes, num sistema transparente de administração.

A Conferência das Partes e a entidade ou entidades encarregadas do funcionamento do mecanismo financeiro devem aprovar os meios para operar os parágrafos precedentes, que devem incluir o seguinte:

a) Modalidades para garantir que os projetos financeiros para enfrentar a mudança do clima estejam de acordo com as políticas, prioridades programáticas e critérios de aceitabilidade estabelecidos pela Conferência das Partes;

b) Modalidades pelas quais uma determinada decisão de financiamento possa ser reconsiderada à luz dessas políticas, prioridades programáticas e critérios de aceitabilidade;

c) Apresentação à Conferência das Partes de relatórios periódicos da entidade ou entidades sobre suas operações de financiamento, de forma compatível com a exigência de prestação de contas prevista no parágrafo 1 deste artigo; e

d) Determinação, de maneira previsível e identificável, do valor dos financiamentos necessários e disponíveis para a implementação desta Convenção e das condições sob as quais esse valor deve ser periodicamente reexaminado.

4. Em sua primeira sessão, a Conferência das Partes deve definir os meios para implementar as disposições precedentes, reexaminando e levando em conta os dispositivos provisórios mencionados no art. 21, parágrafo 3, e deve decidir se esses dispositivos provisórios devem ser mantidos. Subseqüentemente, dentro de quatro anos, a Conferência das Partes deve reexaminar o mecanismo financeiro e tomar as medidas adequadas.

5. As Partes países desenvolvidos podem também prover recursos financeiros relacionados com a implementação desta Convenção mediante canais bilaterais, regionais e multilaterais e as Partes países em desenvolvimento podem deles beneficiar-se.

ARTIGO 12

Transmissão de Informações Relativas à Implementação

1. Em conformidade com o art. 4, parágrafo 1, cada Parte deve transmitir à Conferência das Partes, por meio do Secretariado, as seguintes informações:

a) Inventário nacional de emissões antrópicas por fontes e de remoções por sumidouros de todos os gases de efeito estufa não controlados pelo Protocolo de Montreal, dentro de suas possibilidades, usando metodologias comparáveis desenvolvidas e aprovadas pela Conferência das Partes;

b) Descrição geral das medidas tomadas ou previstas pela Parte para implementar esta Convenção; e

c) Qualquer outra informação que a Parte considere relevante para a realização do objetivo desta Convenção e apta a ser incluída em sua comunicação, inclusive, se possível, dados pertinentes para cálculos das tendências das emissões mundiais.

2. Cada Parte País desenvolvido e cada uma das demais Partes citadas no Anexo I deve incluir as seguintes informações em sua comunicação:

a) Descrição pormenorizada das políticas e medidas por ela adotadas para implementar suas obrigações assumidas sob o art. 4, parágrafo 2, alíneas a e b; e

b) Estimativa específica dos efeitos que as políticas e medidas mencionadas na alínea a acima terão sobre as emissões antrópicas por fontes e remoções por sumidouros de gases de efeito estufa durante o período a que se refere o art. 4, parágrafo 2, alínea a.

3. Ademais, cada Parte país desenvolvido e cada uma das demais Partes desenvolvidas citadas no Anexo II deve incluir pormenores de medidas tomadas em conformidade com o art. 4, parágrafos 3, 4 e 5.

4. As Partes países desenvolvidos podem, voluntariamente, propor projetos para financiamento, inclusive especificando tecnologias, materiais, equipamentos, técnicas ou práticas necessárias à execução desses projetos, juntamente, se possível, com estimativa de todos os custos adicionais, de reduções de emissões e aumento

de remoções de gases de efeito estufa, bem como estimativas dos benefícios resultantes.

5. Cada Parte país desenvolvido e cada uma das demais Partes incluídas no Anexo I deve apresentar sua comunicação inicial dentro de seis meses da entrada em vigor desta Convenção para essa Parte. Cada Parte não incluída deve apresentar sua comunicação inicial dentro de três anos da entrada em vigor desta Convenção para essa Parte ou a partir da disponibilidade de recursos financeiros de acordo com o art. 4, parágrafo 3. As Partes que forem países de menor desenvolvimento relativo podem apresentar sua comunicação inicial quando o desejarem. A freqüência das comunicações subseqüentes de todas as Partes deve ser determinada pela Conferência das Partes, levando em conta o cronograma diferenciado previsto neste parágrafo.

6. As informações relativas a este artigo apresentadas pelas Partes devem ser transmitidas pelo Secretariado, tão logo possível, à Conferência das Partes e a quaisquer órgãos subsidiários interessados. Se necessário, a Conferência das Partes pode reexaminar os procedimentos para a transmissão de informações.

7. A partir de sua primeira sessão, a Conferência das Partes deve tomar providências, mediante solicitação, no sentido de apoiar técnica e financeiramente as Partes países em desenvolvimento na compilação e apresentação de informações relativas a este artigo, bem como de identificar necessidades técnicas e financeiras relativas a projetos propostos e medidas de resposta previstas no art. 4. Esse apoio pode ser concedido por outras Partes, por organizações internacionais competentes e pelo Secretariado, conforme o caso.

8. Qualquer grupo de Partes pode, sujeito às diretrizes adotadas pela Conferência das Partes e mediante notificação prévia à Conferência das Partes, apresentar comunicação conjunta no cumprimento de suas obrigações assumidas sob este artigo, desde que essa comunicação inclua informações sobre o cumprimento, por cada uma dessas Partes, de suas obrigações individuais no âmbito desta Convenção.

9. As informações recebidas pelo Secretariado, que sejam classificadas como confidenciais por uma Parte, em conformidade com critérios a serem estabelecidos pela Conferência das Partes, devem ser compiladas pelo Secretariado de modo a proteger seu caráter confidencial antes de serem colocadas à disposição de quaisquer dos órgãos envolvidos na transmissão e no exame de informações.

10. De acordo com o parágrafo 9 acima, e sem prejuízo da capacidade de qualquer Parte de, a qualquer momento, tornar pública sua comunicação, o Secretariado deve tornar públicas as comunicações feitas pelas Partes em conformidade com este artigo no momento em que forem apresentadas à Conferência das Partes.

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 130ª SESSÃO, EM 14 DE OUTUBRO DE 1994

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicações

Do Senador Jônice Tristão, de ausência do País no período de 4 de outubro à 14 de novembro de 1994.

Do Senador Divaldo Suruagy, de ausência do País, no período de 8 a 11 de outubro do corrente ano.

1.2.2 – Comunicação da Presidência

Dispensa da Ordem do Dia nos termos do artigo 174, do Regimento Interno.

1.2.3 – Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – RETIFICAÇÃO

2.1 – Ata da 95ª Sessão, realizada em 3 de agosto de 1994

3 – MESA DIRETORA

4 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

TES

Ata da 130ª Sessão, em 14 de outubro de 1994

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência do Sr. Nabor Júnior

ÀS 09 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Airton Oliveira – Francisco Rollemberg – Jacques Silva – Joaquim Beato – Nabor Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A lista de presença acusa o comparecimento de 5 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, comunicações que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário.

São lidas as seguintes

Of.070/94-GSJT

Brasília, 30 de setembro de 1994

Senhor Presidente

Em obediência ao disposto no art. 39, alínea a, do Regimento Interno, comunico a Vossa Excelência que me ausentarei do País no período de 4 de outubro a 14 de novembro de 1994, para tratar de interesses particulares.

Sem outro motivo, aproveito o ensejo renovar ao ilustre Presidente votos da mais elevada estima e consideração.

Cordialmente, – Senador Jônice Tristão

Brasília, 06 de outubro de 1994.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, de acordo com o disposto no art. 39 da alínea a, do Regimento Interno, me ausentarei dos trabalhos da Casa, no período de 8 a 11 de outubro do corrente ano, para viagem ao estrangeiro.

Atenciosas saudações, Senador Divaldo Suruay

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – As comunicações lidas vão à publicação.

Não há oradores inscritos.

A Presidência dispensa, na presente sessão, o período destinado à Ordem do Dia, nos termos do art. 174 do Regimento Interno.

COMPARECEM MAIS OS SENHORES;

César Dias – Gilberto Miranda – Mauro Benevides.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de segunda-feira, a seguinte

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 44, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do

art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 1993 (nº 250/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Independente Ltda., para

explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul, tendo.

Pareceres, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de Educação:

– 1º pronunciamento: Relator: Senador Amir Lando, favorável ao projeto;

– 2º pronunciamento: Relator: Senador Aureo Mello, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

– 2 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 45, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do

art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 45, de 1993 (nº 253/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Capinzal Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Capinzal, Estado de Santa Catarina, tendo

Pareceres, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de Educação:

– 1º pronunciamento: Relator: Senador Amir Lando, favorável ao projeto;

– 2º pronunciamento: Relator: Senador Jonas Pinheiro, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

– 3 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 46, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do

art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 1993 (nº 248/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Fraternidade Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araras, Estado de São Paulo, tendo

Parecer, proferido em Plenário, em substituição à Comissão de Educação:

– 1º pronunciamento: Relator: Senador Álvaro Pacheco, favorável ao projeto;

– 2º pronunciamento: Relator: Senador Jonas Pinheiro, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

– 4 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 48, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do

art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 48, de 1993 (nº 264/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Jornal do Brasil Ltda., para

explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, tendo

Pareceres, proferidos em Plenário, Relator: Senador Aureo Mello, em substituição à Comissão de Educação:

– 1º pronunciamento: favorável ao projeto;

– 2º pronunciamento: pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

– 5 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 49, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do

art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 49, de 1993 (nº 273/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Litoral Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Osório, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Pareceres, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de Educação:

– 1º pronunciamento: Relator: Senador Amir Lando, favorável ao projeto;

– 2º pronunciamento: Relator: Senador Ney Maranhão, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

– 6 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 52, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do

art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 52, de 1993 (nº 246/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Grande Lago Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Helena, Estado do Paraná, tendo

Pareceres favoráveis, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de Educação:

– 1º pronunciamento: Relator: Senador Ney Maranhão;

– 2º pronunciamento: Relator: Senador Affonso Camargo, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

– 7 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 55, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do

art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 55, de 1993 (nº 267/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Paquetá Empreendimentos Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Florianópolis, Estado do Piauí, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Ney Maranhão, em substituição à Comissão de Educação:

– 8 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 7, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do

art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 1994 (nº 308/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a outorga deferida à Rádio Cultura de Timbó Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Timbó, Estado de Santa Catarina, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Meira Filho, em substituição à Comissão de Educação:

– 9 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 9, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do

art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 1994 (nº 301/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e TV Tapajós Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Santarém, Estado do Pará, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Dirceu Carneiro, em substituição à Comissão de Educação:

– 10 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 10, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do

art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 1994 (nº 297/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Pe. Urbano Thiesen para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Pareceres favoráveis, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de Educação:

– 1º pronunciamento: Relator: Senador João França, favorável ao projeto;

– 2º pronunciamento: Relator: Senador Meira Filho, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

– 11 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do

art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 1994 (nº 265/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à S.A. Rádio Verdes Mares, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Dirceu Carneiro, em substituição à Comissão de Educação:

– 12 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 12, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do

art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 1994 (nº 319/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga a permissão à Fundação Cultural Cruzeiro do Sul para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo, tendo

Pareceres favoráveis, proferidos em Plenário, Relator: Senador Meira Filho, em substituição à Comissão de Educação:

- 1º pronunciamento: favorável ao projeto;

- 2º pronunciamento: pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

- 13 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 18, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do

art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 1994 (nº 252/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Araguaia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Araguaína, Estado do Tocantins, tendo

Parecer favorável, proferido em plenário, Relator: Senador Carlos Patrocínio, em substituição à Comissão de Educação.

- 14 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 19, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do

art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 1994 (nº 254/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Tocantins Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Anápolis, Estado de Goiás, tendo

Parecer favorável, proferido em plenário, Relator: Senador Carlos Patrocínio, em substituição à Comissão de Educação.

- 15 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 23, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do

art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 1994 (nº 327/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Montanhês de Botelhos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Botelhos, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, proferido em plenário, Relator: Senador Henrique Almeida, em substituição à Comissão de Educação.

- 16 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 24, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do

art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 1994 (nº 328/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, proferido em plenário, Relator: Senador Lucídio Portella, em substituição à Comissão de Educação.

- 17 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 62, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do

art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 62, de 1993 (nº 268/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Vila Real Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação)

- 18 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 64, DE 1993

(Em regime de urgência, nos termos do

art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 1993 (nº 275/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Emissora Paranaense S/A para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Londrina, Estado do Paraná. (Dependendo de Parecer da Comissão de Educação)

- 19 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 69, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do

art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 69, de 1993 (nº 313/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Mariana Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mariana, Estado de Minas Gerais. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação)

- 20 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 8, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do

art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 1994 (nº 303/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cultura de Paulo Afonso Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paulo Afonso, Estado da Bahia (Dependendo de parecer da Comissão de Educação)

- 21 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 21, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do

art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 1994 (nº 292/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da FM Rádio Independente de Arcoverde Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arcoverde, Estado de Pernambuco. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação)

- 22 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 26, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do

art. 375, VIII, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 1994 (nº 344/93, na Câmara dos Deputados), que

aprova o ato que outorga permissão à Rádio Campos Dourados FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Medianeira, Estado do Paraná. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação)

- 23 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 16, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do

art. 336, b, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 1994 (nº 2.248/91, na Casa de origem), que regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro, tendo

Pareceres

- sob nº 132, de 1994, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável ao Projeto com Emendas nºs 1 e 2 - CCJ, de redação, que apresenta;

- de Plenário, Relator: Senador Magno Bacelar, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pela rejeição das emendas nºs 3 a 26, de Plenário.

- 24 -

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 78, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do

art. 336, b, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 78, de 1994 (apresentado como conclusão de Parecer de Plenário, em substituição à Comissão de Assuntos Econômicos), que autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul - LFTRS, cujos recursos serão destinados ao giro de 2,1% de sua dívida mobiliária vencida no 1º semestre de 1994.

- 25 -

MENSAGEM Nº 287, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do

art. 336, b, do Regimento Interno)

Mensagem nº 287, de 1994, através da qual o Senhor Presidente da República solicita seja autorizada contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até duzentos e cinquenta milhões de dólares norte-americanos, junto ao Brazilian American Merchant Bank - BAMB - Grand Cayman, destinada ao financiamento para aquisição, pela Marinha do Brasil, de bens e serviços no mercado internacional, dentro do Plano Parcial de Obtenção e Modernização da Marinha - PPOM. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos)

- 26 -

MENSAGEM Nº 288, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do

art. 336, b, do Regimento Interno)

Mensagem nº 288, de 1994, pela qual o Presidente da República solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até cento e oitenta e cinco milhões de dólares norte-americanos, junto ao Brazilian American Merchant Bank - BAMB - Grand Cayman, destinada à aquisição, pelo Exército Brasileiro, de bens e serviços, no mercado internacional, dentro do Programa de Modernização da Força Terrestre. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos)

- 27 -

MENSAGEM Nº 289, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do

art. 336, b, do Regimento Interno)

Mensagem nº 289, de 1994, através da qual o Senhor Presidente da República solicita seja autorizada contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até duzentos e trinta e nove milhões de dólares norte-americanos, junto ao Brazilian American Merchant Bank - BAMB - Grand Cayman, destinada ao financiamento para aquisição, pelo Exército Brasileiro, de bens e serviços no mercado internacional, dentro do Programa de Modernização de Força Terrestre. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos)

- 28 -

MENSAGEM Nº 290, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do

art. 336, b, do Regimento Interno)

Mensagem nº 290, de 1994, através da qual o Senhor Presidente da República solicita seja autorizada contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até cento e oitenta e um milhões de dólares norte-americanos, de principal, junto ao Brazilian American Merchant Bank - BAMB - Grand Cayman, visando a aquisição integral de bens e serviços, no mercado interno, pelo Ministério da Aeronáutica, no âmbito do Programa de Reparelhamento e Modernização da Força Aérea Brasileira. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos)

- 29 -

MENSAGEM Nº 291, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do

art. 336, b, do Regimento Interno)

Mensagem nº 291, de 1994, pela qual o Presidente da República solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até cento e dezenove milhões de dólares norte-americanos, de principal, junto ao Brazilian American Merchant Bank - BAMB - Grand Cayman, destinado à aquisição integral de bens e serviços, no mercado interno, pelo Ministério da Aeronáutica, no âmbito do Programa de Reparelhamento e Modernização da Força Aérea Brasileira. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 9h13min).

ATA DA 95ª SESSÃO,

REALIZADA EM 3 DE AGOSTO DE 1994
(Publicada no DCN-Seção II - de 4 de agosto de 1994)

Retificação

Na página 4314, 2ª coluna, na numeração do Requerimento nº 606, de 1994,

Onde se lê:

Requerimento nº 60, de 1994

Leia-se:

Requerimento nº 606, de 1994

<p>MESA</p> <p>Presidente Humberto Lucena _ PMDB _ PB</p> <p>1º Vice-Presidente Chagas Rodrigues _ PSDB _ PI</p> <p>2º Vice-Presidente Levy Dias _ PTB _ MS</p> <p>1º Secretário Júlio Campos _ PFL _ MT</p> <p>2º Secretário Nabor Júnior _ PMDB _ AC</p> <p>3º Secretário Júnia Marise _ PRN _ MG</p> <p>4º Secretário Nelson Wedekin _ PDT _ SC</p> <p>Suplentes de Secretário Lavoisier Maia _ PDT _ RN Lucídio Portella _ PDS _ PI Beni Veras _ PSDB _ CE Carlos Patrocínio _ PFL _ TO</p> <p>LIDERANÇA DO GOVERNO Líder Pedro Simon</p>	<p>LIDERANÇA DO PMDB Líder Mauro Benevides</p> <p>Vice-Líderes Cid Sabóia de Carvalho Garibaldi Alves Filho José Fogaça Ronaldo Aragão Mansueto de Lavor</p> <p>LIDERANÇA DO PSDB Líder Mário Covas</p> <p>Vice-Líder Jusahy Magalhães</p> <p>LIDERANÇA DO PFL Líder Marco Maciel</p> <p>Vice-Líderes Odacir Soares</p> <p>LIDERANÇA DO PSB Líder José Paulo Bisol</p> <p>LIDERANÇA DO PTB Líder Jonas Pinheiro</p>	<p>Vice-Líder Valmir Campelo</p> <p>LIDERANÇA DO PDT Líder Magno Bacelar</p> <p>LIDERANÇA DO PRN Líder Ney Maranhão</p> <p>Vice-Líder Áureo Mello</p> <p>LIDERANÇA DO PP Líder Irapuan Costa Júnior</p> <p>LIDERANÇA DO PPR Líder Epitácio Cafeteira</p> <p>Vice-Líderes Affonso Camargo Esperidião Amim Moisés Abrão</p> <p>LIDERANÇA DO PT Líder Eduardo Suplicy</p>
--	--	---

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA _ CCJ

(23 Titulares e 23 Suplentes)
Presidente: Iram Saraiva
Vice-Presidente: Magno Bacelar

Titulares		Suplentes	
PMDB			
Amir Lando	RO-3111/12	César Dias	RR-3064/65
Cid S. de Carvalho	CE-3058/59	Mansueto de Lavor	PE-3183/84
José Fogaça	RS-3077/78	Garibaldi A. Filho	RN-4382/92
Iram Saraiva	GO-3134/35	Gilberto Miranda	AM-3104/05
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Marco Lacerda	MT-3029/30
Antônio Mariz	PB-4345/46	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Pedro Simon	RS-3230/31	Divaldo Suruagy	AL-3185/86
Wilson Martins	MS-3114/15	Alfredo Campos	MG-3237/38
PFL			
Josaphat Marinho	BA-3173/74	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Marco Maciel	PE-3197/98
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Henrique Almeida	SP-3191/92
Odacir Soares	RO-3218/19	Lourival Baptista	SE-3027/28
Elcio Alvares	ES-3131/32	João Rocha	TO-4071/72
PSDB			
Eva Blay	SP-3119/20	Almir Gabriel	PA-3145/46
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio Vilela Filho	AL-4093/94
Mário Covas	SP-3177/78	Vago	
PTB			
Luiz Alberto	PR-4059/60	Afonso Camargo	PR-3062/63
Carlos De'Carli	AM-3079/80	Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36
PDT			
Magno Bacelar	MA-3073/74	Lavoisier Maia	RN-3239/40
PRN			
Aureo Mello	AM-3091/92	Ney Maranhão	PE-3101/02
PDC			
Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Gerson Camata	ES-3203/04
PDS			
Espeditão Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24
PP			
Pedro Teixeira	DF-3127/28	João França	RR-3067/68

Secretária: Vera Lúcia Lacerda Nunes _ Ramais 3972 e 3987
Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas
Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa
Anexo das Comissões _ Ramal 4315

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS _ CAS

(29 Titulares e 29 Suplentes)
Presidente: Beni Veras
Vice-Presidente: Lourival Baptista

Titulares		Suplentes	
PMDB			
Amir Lando	RO-3111/12	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Antônio Mariz	PB-4345/46	João Calmon	ES-3154/55
César Dias	RR-3064/65	Onofre Quinan	GO-3148/49
Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/60	Pedro Simon	RS-3230/32
Divaldo Suruagy	AL-3180/85	José Fogaça	RS-3077/78
Juvêncio Dias	MA-3050/4393	Ronan Tito	MG-3038/39
Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Nelson Carneiro	RJ-3209/10
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	Iram Saraiva	GO-3133/34

Márcio Lacerda	MT-3029	Vago	
Vago			
PFL			
Lourival Baptista	SE-3027/28	Dario Pereira	RN-3098/99
João Rocha	TO-4071/72	Alvaro Pacheco	PI-3085/87
Odacir Soares	RO-3218/19	Bello Parga	MA-3069/70
Marco Maciel	PE-3197/99	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Elcio Alvares	ES-3131/32
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Guilherme Palmeira	AL-3245/46

PSDB			
Almir Gabriel	PA-3145/46	Dirceu Carneiro	SC-3179/80
Beni Veras	CE-3242/43	Eva Blay	SP-3117/18
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio V. Filho	AL-4093/94

PTB			
Marluce Pinto	RR-4062/63	Valmir Campelo	DF-3188/89
Afonso Camargo	PR-3062/63	Luiz Alberto Oliveira	PR-4059/60
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Carlos De'Carli	AM-3079/81

PDT			
Lavoisier Maia	RN-3240/41	Nelson Wedekin	SC-3151/53

PRN			
Saldaña Derzi	MS-4215/16	Ney Maranhão	PE-3101/02
Aureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56

PDC			
Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Moisés Abrão	TO-3136/37

PDS			
Lucídio Portella	PI-3055/57	Jarbas Passarinho	PA-3022/23

PSB / PT			
Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25

PP			
Pedro Teixeira	DF-3127/28	Meira Filho	DF-3221/22

Secretário: Luiz Cláudio/Vera Lúcia
Telefones: Secretaria: 3515/16/4354/3341
Sala de reuniões: 3652
Reuniões: Quartas-feiras, às 14 horas.
Sala nº 09 _ Ala Alexandre Costa

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS _ CAE

(27 Titulares e 27 Suplentes)
Presidente: João Rocha
Vice-Presidente: Gilberto Miranda

Titulares		Suplentes	
PMDB			
Ronan Tito	MG-3038/39/40	Mauro Benevides	CE-3194/95
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	José Fogaça	RS-3077/78
Ruy Bacelar	BA-3161/62	Flaviano Melo	AC-3493/94
Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Cid S. de Carvalho	CE-3058/59
César Dias	RO-3064/65/66	Juvêncio Dias	PA-3050/4393
Mansueto de Lavor	PE-3182/83/84	Pedro Simon	RS-3230/32
Aluizio Bezerra	AC-3158/59	Divaldo Suruagy	AL-3185/86
Gilberto Miranda	AM-3104/05	João Calmon	ES-3154/56
Onofre Quinan	GO-3148/50	Wilson Martins	MS-3114/15
PFL			
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Odacir Soares	RO-3218/19
Raimundo Lima	PB-320/02	Bello Parga	MA-3069/70
Henrique Almeida	AP-3191/92/93	Alvaro Pacheco	PI-3085/87
Dario Pereira	RN-3098/99	Elcio Alvares	ES-3131/32
João Rocha	MA-4071/72	Josaphat Marinho	BA-3173/75

PSDB

Beni Veras	CE-3242/43/44	Almir Gabriel	PA-3145/47
José Richa	PR-3163/64	Dirceu Carneiro	SC-3179/80
Mário Covas	SP-3177/78	Vago	

PTB

Afonso Camargo	PR-3062/63	Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36
Valmir Campelo	DF-3188/89/4061	Luiz A. Oliveira	PR-4059/60
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Marluce Pinto	RR-4062/63

PDT

Magno Bacelar	MA-3074/75	Lavoisier Maia	RN-3239/40
---------------	------------	----------------	------------

PRN

Albano Franco	SE-4055/56	Saldanha Derzi	MS-4215/18
Ney Maranhão	PE-3101/02	Aureo Mello	AM-3091/92

PDC

Moisés Abrão	GO-3136/37/3522	Gerson Camata	ES-3203/04
--------------	-----------------	---------------	------------

PDS

Esperidião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24
-----------------	------------	-------------------	------------

PP

Meira Filho	DF-3222/05	Irapuan C. Júnior	GO-3089/90
-------------	------------	-------------------	------------

PT/PSB

Eduardo Suplicy	3213/15/16	José Paulo Bisol	3224/25
-----------------	------------	------------------	---------

Secretário: Dirceu Vieira M. Filho

Ramais: 311-3515/3516/4354/3341

Reuniões: Terças-feiras, às 10 horas

Local: Sala das Comissões; Ala Senador Alexandre Costa _ Ramal 4344

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL _ CRE**

(19 Titulares e 19 Suplentes)
Presidente: Alfredo Campos
Vice-Presidente: Hydekél Freitas

Titulares

Suplentes

PMDB

Ronan Tito	MG-3039/40	Mauro Benevides	CE-3052/53
Alfredo Campos	MG-3237/38	Flaviano Melo	AC-3493/94
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Garibaldi A. Filho	RN-4382/92
Divaldo Suruagy	AL-3185/86	Mansueto de Lavoura	PE-3182/83
João Calmon	ES-3154/55	Gilberto Miranda	AM-3104/05
Ruy Bacelar	BA-3160/61	Cesar Dias	RR-3064/65

PFL

Guilherme Palmeira	AL-3245/46	Francisco Rollemberg	SE-3032/34
Hydekél Freitas	RS-3064/65	Josaphat Marinho	BA-3173/74
Lourival Baptista	SE-3027/28	Raimundo Lira	PB-3200/3201
Alvaro Pacheco	PI-3085/86	Marco Maciel	PE-3197/98

PSDB

Dirceu Carneiro	SC-3179/80	Jutahy Magalhães	BA-3171/72
José Richa	PR-3163/64	Eva Blay	SP-3119/20

PTB

Luiz A. Oliveira	PR-4058/59	Valmir Campelo	DF-3188/89
Marluce Pinto	RR-4062/63	Jonas Pinheiro	AP-3206/07

PDT

Darcy Ribeiro	RJ-4230/31	Magno Bacelar	MA-3074/75
---------------	------------	---------------	------------

PRN

Albano Franco	SE-4055/56	Saldanha Derzi	MS-3255/4215
---------------	------------	----------------	--------------

PDC

Gerson Camata	ES-3203/04	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
---------------	------------	--------------------	------------

PP

Irapuan Costa Júnior	3088/3089	Pedro Teixeira	3127/3128
----------------------	-----------	----------------	-----------

PDS

Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Lucídio Portella	PI-3055/56
-------------------	------------	------------------	------------

Secretário: Paulo Roberto Almeida Campos

Ramais: 3496 e 3497

Reuniões: Quintas-feiras, às 10 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa _ Anexo das Comissões _ Ramal 3546

**COMISSÃO DE SERVIÇOS DE
INFRA-ESTRUTURA _ CI**

(23 Titulares e 23 Suplentes)

Presidente: Dário Pereira

Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

Titulares

Suplentes

PMDB

Flaviano Melo	AC-3493/94	Amir Lando	RO-3110/11
Mauro Benevides	CE-3194/95	Ruy Bacelar	BA-3161/62
Aluizio Bezerra	AC-3158/59	Ronaldo Aragão	RR-4052/53
Onofre Quinan	GO-3148/49	Ronan Tito	MG-3039/40
Gilberto Miranda	AM-3104/05	Juvêncio Dias	PA-3050/53
Alfredo Campos	MG-3237/38	Antonio Mariz	PB-4345/46
Marcio Lacerda	MT-3029/30	Wilson Martins	MS-4345/46
Vago		Vago	

PFL

Dário Pereira	RN/3098/99	Raimundo Lira	PB-3201/02
Henrique Almeida	AP-3191/92	João Rocha	TO-4071/72
Elcio Alvares	ES-3131/32	Carlos Patrocínio	TO-4068/69
Bello Parga	MA-3069/72	Guilherme Palmeira	AL-3245/46
Hydekél Freitas	RJ-3082/83	Vago	

PSDB

Dirceu Carneiro	SC-3179/80	Beni Veras	CE-3242/43
Teotônio V. Filho	AL-4093/94	Jutahy Magalhães	BA-3171/72
José Richa	PR-3163/64	Vago	

PTB

Lourenberg N. R.	MT-3035/36	Afonso Camargo	PR-3062/63
Marluce Pinto	RR-4062/63	Vago	

PDT

Lavoisier Maia	RN-3239/40	Magno Bacelar	BA-3074/75
----------------	------------	---------------	------------

PRN

Saldanha Derzi	MT-4215/18	Albano Franco	SE-4055/56
----------------	------------	---------------	------------

PDC

Gerson Camata	ES-3203/04	Moisés Abrão	TO-3136/37
---------------	------------	--------------	------------

PDS

Lucídio Portella	PI-3055/56	Esperidião Amin	SC-4206/07
------------------	------------	-----------------	------------

PP

João França	RR-3067/68	Meira Filho	DF-3221/22
-------------	------------	-------------	------------

Secretário: Celson Parente _ Ramais 3515 e 3516

Reuniões: Terças-feiras, às 14 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa _ Anexo das Comissões _ Ramal 3286

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO _ CE

(27 Titulares e 27 Suplentes)
 Presidente: Valmir Campelo
 Vice-Presidente: Juvêncio Dias

Titulares

Suplentes

PMDB

João Calmon	ES-3154/55	Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/59
Flaviano Melo	AC-3493/94	Antônio Mariz	PB-4345/46
Mauro Benevides	CE-3052/53	Onofre Quinan	GO-3148/49
Wilson Martins	MS-3114/15	Marcio Lacerda	RJ-3029/30
Juvêncio Dias	PA-3050/4393	Ronaldo Aragão	RO-4052/53
Mansueto de Lavor	PE-3182/83	Amir Lando	RO-3110/11
José Fogaça	RS-3077/78	Ruy Bacelar	BA-3160/61
Pedro Simon	RS-3230/31	Alfredo Campos	MG-3237/38
Iram Saraiva	GO-3134/35	Nelson Carneiro	RJ-3209/10

PFL

Josaphat Marinho	BA-3173/74	Dario Pereira	RN-3098/99
Marco Maciel	PE-3197/98	Odacir Soares	RO-3218/19
Álvaro Pacheco	PI-3085/86	Francisco Rollemberg	SE-3032/33
Raimundo Lira	PB-3201/02	Carlos Patrocínio	TO-4058/68
Bello Parga	MA-3069/72	Henrique Almeida	AP-3191/92

PSDB

Almir Gabriel	PA-3145/46	Beni Veras	CE-3242/43
Eva Blay	SP-3119/20	Mário Covas	SP-3177/78
Teotônio V. Filho	AL-4093/94	José Richa	PR-3163/64

PTB

Valmir Campelo	DF-3188/89	Luiz A. Oliveira	PR-4058/59
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Marluce Pinto	RR-4062/63
Lourenberg N. R.	MT-3035/36	Carlos De' Carli	AM-3079/80

PDT

Darcy Ribeiro	RJ-4229/30	Magno Bacelar	MA-3074/75
---------------	------------	---------------	------------

PRN

Aureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56
Ney Maranhão	PE-3101/02	Saldanha Derzi	MS-4215/18

PDC

Moisés Abrão	TO-3136/37	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
--------------	------------	--------------------	------------

PDS

Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Esperidião Amin	SC-4206/07
-------------------	------------	-----------------	------------

PP

Meira Filho	DF-3221/22	João França	RR-3067/68
-------------	------------	-------------	------------

PT/PSB

Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25
-----------------	------------	------------------	------------

Secretária: Mônica Aguiar Inocente

Ramais: 3496/3497

Reuniões: Quintas-feiras, às 14 horas

Local: Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa _ Ramal 3121

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL

FONTES DE INFORMAÇÕES SOBRE A ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

Descrição dos acervos da Assembléia Nacional Constituinte de 1987.

GUIA DAS ELEIÇÕES DE 94

Edição comentada da legislação eleitoral.

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA

Edição de textos legais, atualizados.

Os pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal

Praça dos Três Poderes, Anexo I, 22º andar – 70165-900 – Brasília – DF

Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589 – Fax: (061) 311-4258 e

321-7333 – Telex: (061) 1357

Central de venda direta ao usuário:

Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à esquerda)

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL

Novas Publicações

ELABORANDO A CONSTITUIÇÃO NACIONAL

Edição fac-similar da obra Elaborando a Constituição Nacional, de José Affonso Mendonça de Azevedo: atas da Subcomissão elaboradora do Anteprojeto Constitucional de 1932/1933.

LEGISLAÇÃO INDIGENISTA

Coletânea de textos jurídicos e legislação correlata relativos aos direitos indígenas.

Os pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal

Praça dos Três Poderes, Anexo I, 22º andar – 70165-900 – Brasília – DF

Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589 – Fax: (061) 311-4258 e

321-7333 – Telex: (061) 1357

Central de venda direta ao usuário:

Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à esquerda)

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL

Outros títulos

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 119 – 120

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL QUADRO COMPARATIVO

Texto de 1988 comparado às Constituições de 1946 e 1967 e à Emenda Constitucional nº 1, de 1969.

CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS – 1989

5 VOLUMES.

Textos das Constituições estaduais promulgadas em 1989, índice comparativo.

Os pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal

Praça dos Três Poderes, Anexo I, 22º andar – 70165-900 – Brasília – DF

Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589 – Fax: (061) 311-4258 e

321-7333 – Telex: (061) 1357

Central de venda direta ao usuário:

Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à esquerda)

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS
DO SENADO FEDERAL

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

nº 119 – julho/setembro 1993

Leia neste número:

Execução contra Pessoas Administrativas – Geraldo Ataliba

Processo e Justiça Eleitoral – Torquato Jardim

Novos Municípios – Adilson Abreu Dallari

Tutela Administrativa e Relações de Consumo – Álvaro Lazzarini

A Estrutura Institucional Definitiva do Mercosul: uma opinião – Werter R. Faria

Da Declaração de Inconstitucionalidade – Antonio Cezar Lima da Fonseca

A Proteção aos Direitos do Cidadão e o Acesso à Justiça – Luiz Antonio Soares Hentz

Propriedade Intelectual e Novas Tecnologias – Newton Paulo Teixeira dos Santos

A Lei Injusta e sua Inconstitucionalidade Substancial no Estado Democrático de Direito – Antônio Souza Prudente

Conceito de Crime Hediondo e o Equívoco da Lei nº 8.072/90 – João José Leal

O Regulamento no Sistema Jurídico Brasileiro – Vitor Rolf Laubé

A Prova Pericial e a Nova Redação do CPC – Ivan Lira de Carvalho

O Controle pelo Estado da Atividade Internacional das Empresas Privadas – José Carlos de Magalhães

Administração Pública na Constituição Federal – José de Castro Meira

Da Ultra-Atividade da Suspensão de Liminar em Writ – Élio Wanderley de Siqueira Filho

Jurisdição e Administração – Carlos Alberto de Oliveira

Ministério Público Junto aos Tribunais de Contas – Jorge Ulisses e Jacoby Fernandes

Prova Pericial: Inovações da Lei nº 8.455/92 – Rogério de Meneses Fialho Moreira

A Constituição de 1988 e o Tribunal de Contas – Jarbas Maranhão

Classificação dos Agentes Públicos: Reexame – Mário Bernardo Sesta

A Seguridade Social – José Luiz Quadros de Magalhães

Alterações Introduzidas na Lei nº 6.515/77 pela Constituição de 1988 –

Romero Marcelo da Fonseca Oliveira

Aspectos Fundamentais e Práticos das Sociedades Anônimas – Osvaldo Hamilton Tavares

Crimes de Abuso de Poder Econômico – Marcos Juruena Villela Souto

Os hermeneutas da Intransigência Desacumuladora – Corsíndio Monteiro da Silva

ASSINATURA DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à agência APT Senado. Neste valor já estão incluídos os preços postais referentes à remessa através da ECT. Autorizo a remessa dos números 117 a 120 da Revista de Informação Legislativa para o endereço abaixo discriminado:

Nome.....
EndereçoCEP
Cidade UF Telefone Fax Telex
Data:/...../..... Assinatura:

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS
DO SENADO FEDERAL

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

nº 118 – abril/junho 1993

O Perfil Constitucional do Estado Contemporâneo: o Estado democrático de direito.

Inocência Mártires Coelho

As Limitações ao Exercício da Reforma Constitucional e a Dupla Revisão.

Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha

O Distrito Federal nas Constituições e na Revisão Constitucional de 1993

Gilberto Tristão

A Constituição de 1988 e os Municípios Brasileiros.

Dieter Brühl

A Justiça Militar Estadual.

Alvaro Lazzarini

A Declaração de Inconstitucionalidade sem a Pronúncia da Nulidade da Lei – Unvereinbarkeitserklärung – na Jurisprudência da Corte Constitucional Alemã.

Gilmar Ferreira Mendes

Da Responsabilidade do Estado por Atos de Juiz em Face da Constituição de 1988.

A.B. Cotrim Neto

Serviço Público – Função Pública – Tipicidade – Critérios Distintivos.

Hugo Gueiros Bernardes

Considerações Atuais sobre o Controle da Discricionariedade.

Luiz Antônio Soares Hentz

Sistema Brasileiro de Controle da Constitucionalidade. Sara Maria Stroher Paes

O controle Interno de Legalidade pelos Proc. do Estado.

Clélia Cardoso

Controle Externo do Poder Judiciário.

José Eduardo Sabo Paes

Tutela Jurídica sobre as Reservas Extrativistas.

Manoel Eduardo Alves Camargo e Gomes e Luiz Daniel Felipe.

Legislação Ambiental Brasileira – Evolução Histórica do Direito Ambiental.

Ann Helen Wainer

Princípios Gerais de Direito Ambiental Internacional e a Política Ambiental Brasileira.

Paulo Affonso Leme Machado

Construção e Desconstrução do Discurso Culturalista na Política Africana do Brasil.

José Flávio Sombra Saraiva

História das Idéias Penais na Alemanha do Pós-Guerra.

Winfried Hassemer

Aspectos do Discurso Jurídico-Penal (Material e Formal) e sua Ilegitimidade.

Sérgio Luiz Souza Araújo

Proceso, Democracia y Humanización.

Juan Marcos Rivero Sánchez

O Combate à Corrupção e à Criminalidade no Brasil: Cruzadas e Reformas.

Geraldo Brindeiro

Liderança Parlamentar

Rosinete Monteiro Soares

Considerações Acerca de um Código de Ética e Decoro Parlamentar.

Rubem Nogueira

Entraves à Adoção do Parlamentarismo no Brasil.

Carlos Alberto Bittar Filho

Loucura e Prodigalidade à Luz do Direito e da Psicanálise.

Clóvis Figueiredo Sette Bicalho e Omar Brina Corrêa Lima

Usucapião Urbano.

Rogério M. Leite Chaves

O Código do Consumidor e o Princípio da Continuidade dos Serviços Públicos Comerciais e Industriais.

Adriano Perácio de Paula

Dos Contratos de Seguro-Saúde no Brasil.

Maria Leonor Baptista Jourdan

A Nova Regulamentação das Arbitragens.

Otto Eduardo Vizeu Gil

Os Bancos Múltiplos e o Direito de Recesso.

Arnoldo Wald

O Dano Moral e os Direitos da Criança e do Adolescente.

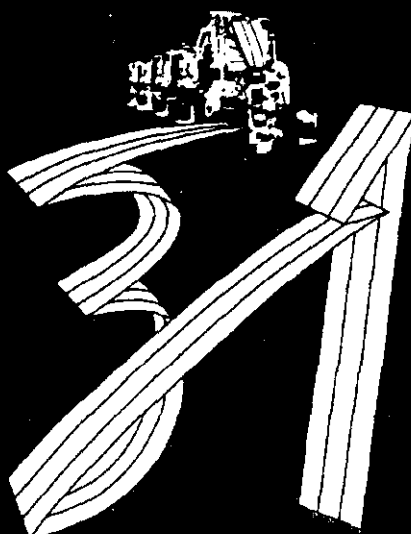
Roberto Senize Lisboa

A Aids Perante o Direito.

Licínio Barbosa

Os pedidos avulsos ou de assinatura anual deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal, ou de vale postal remetido à agência APT Senado (no valor total já estarão incluídos os acréscimos referentes à remessa pela ECT). Para solicitar catálogo de preços, escreva para: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas – Praça dos Três Poderes, Anexo 1, 22º andar 70165-900, Brasília, DF. Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589 – Fax: (061) 311-4258 e 321-7333 – Telex: (061) 1357
Central de venda direta ao usuário: Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do Cegraf, pelo estacionamento à esquerda)

**CENTRO GRÁFICO
DO SENADO FEDERAL**



A N O S
1963 1994

**IMPRIMINDO A HISTÓRIA
DO CONGRESSO NACIONAL**

EDIÇÃO DE HOJE: 120 PÁGINAS